



# Anais da Assembléia

Nº 160

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**

1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**

2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**

1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**

2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**

3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**

4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB -- Governo ..... Deputado ORLANDO PESSUTI  
 PRN ..... Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS  
 PFL ..... Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
 PDT ..... Deputado PAULO MAIA  
 PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
 PSDB ..... Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI  
 PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
 PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
 PST ..... Deputado GERALDO CARTÁRIO

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kleise Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toffi Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Bellinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Placentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Bolko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupetto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas L. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Calto Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 1992**  
**(TERÇA-FEIRA)**

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 91/92

Curitiba, 26 de outubro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Casa, o incluso anteprojeto de lei objetivando revogar o art. 13 e seus parágrafos, da Lei nº 6.149, de nove de setembro de 1970, com as posteriores alterações, assim como a tabela VIII a ela anexa.

A prestação dos serviços jurisdicionais no Brasil é sabidamente cara. Vários motivos têm causado historicamente seus altos custos, inviabilizando o acesso da população pobre a eles.

No sistema jurídico brasileiro, a dificuldade do cidadão chegar ao juízo para receber prestação do serviço jurisdicional pode significar a ausência total da realização do direito individual, quer dizer, o direito garantido na Lei pode ser frustrado pela simples razão de não poder ser postulado em juízo, o cidadão vê seu direito violado e as armas que a sociedade lhe entrega para fazê-lo valer ficam muito além de suas possibilidades econômico-sociais, a sociedade lhe dá o direito com uma mão e lhe tira cinicamente com a outra.

Timidamente algumas medidas legislativas vêm sendo tomadas para aproximar o juízo do cidadão, como a criação dos Tribunais de Pequenas Causas, que representa tentativa positiva a merecer melhor configuração, maior amplitude e poder de decisão. Por outro lado, a Constituição Estadual do Paraná determina a estatização das serventias do foro judicial, o que deve ser feito proximamente, com comissão para este fim constituída pelo Tribunal de Justiça do Paraná.

Além destas medidas legais e alterações estruturais que necessitam ser rapidamente concretizadas, salta à vista o problema da composição das custas judiciais, que tornam a prestação jurisdicional exageradamente cara, afastando não apenas a população mais pobre da postulação de seus direitos em juízo, mas toda e qualquer demanda que não tenha grande relevância financeira.

Como primeira e simples medida se impõe a retirada do regime de custas daquelas que não sejam diretamente vinculadas a prestação de um serviço, especialmente as estipuladas no art. 13 da Lei 6.149, de 09 de setembro de 1970, com as alterações posteriores que destinam custas às Associações do Ministério Público, dos Magis-

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Toti Colaço.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Antônio Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Heinz Herwig, Dalton Machuca, Albino Corazza, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Ernani Pudell, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra e Neivo Beraldin (09).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

0 SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

0 SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

0 SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está em votação a ata que acaba de ser lida.  
**Aprovada.**

0 SR. OVIDIO CONSTANTINO - Solicito verificação de votação da ata, Senhor Presidente.

0 SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa defere, e irá proceder a verificação de votação.

(E procedida a verificação de votação).

**Aprovada a Ata.**

0 SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

trados, dos Serventuários e à Ordem dos Advogados do Brasil. A obrigatoriedade deste pagamento torna cada cidadão que se socorre dos serviços jurisdicionais do Estado em colaborador de Associação da qual não é e nem pode ser sócio. O valor arrecadado com estas custas forma parte da receita destas associações que tem por objeto, entre outros, complementar a aposentadoria e a carteira previdenciária dos membros do Ministério Público, dos Juizes e dos serventuários da Justiça. Não é razoável que a lei exija do cidadão esta contribuição compulsória, quando a filiação a associações de classe é ato voluntário segundo a Constituição Federal.

Por esta razão se impõe a revogação pura e simples do art. 13 e seus parágrafos da Lei 6.149, de 9 de setembro de 1970 e suas alterações posteriores, assim como da tabela VIII a ela anexa, como um imperativo de constitucionalidade.

A competência do Estado para legislar sobre esta matéria é expressa na Constituição Federal, art. 24, incisos IV e XI, e a iniciativa do Chefe do Poder Executivo nos arts. 65 e 66 da Constituição Estadual. O que se estará extinguindo com a aprovação desta lei é uma falsa taxa, um tributo sem causa que deve pagar todo cidadão que necessite ver seu direito reconhecido pelo serviço jurisdicional do Estado. Entretanto, e por isso a falsa taxa; o numerário arrecadado não serve à organização judiciária, por consequência sua extinção não a altera. De fato, se a extinção proposta causasse alteração na organização judiciária a mensagem deveria ser da iniciativa do Presidente do Tribunal de Justiça nos termos do art. 101, I, d, da Constituição Estadual. Não se trata disso, porém. A cobrança destas custas exorbita a organização judiciária e é indevida e inconstitucional intromissão de associações privadas nas custas judiciais. A prevalecer o entendimento de que devem ser mantidas estas custas é de se inquirir porque apenas estas associações? Não seria o caso de substituí-las ou acrescentar outras cuja benemerência fosse não para uma classe de profissionais, mas para um conjunto maior de pessoas? O que não pode acontecer é que cidadão que busca, já de forma cara, a realização de seu direito, seja compelido a sustentar as associações de classe daqueles que por lei ou contrato estão obrigados a lhe prestar o serviço.

É claro que esta falsa taxa, dissimulada custa, nada tem a ver com a organização judiciária, sendo, portanto, sua revogação competência de lei ordinária de iniciativa geral da Assembléia e seus membros, do Governador do Estado ou da cidadania, nos termos e formas constitucionalmente previstas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica revogado o art. 13 e seus parágrafos da Lei 6.149, de 9 de setembro de 1970, com as posteriores alterações, assim como a tabela VIII a ela anexa.

Art. 2º - Fica vedada a cobrança de taxa ou custas judiciais que não estiverem expressas nas tabelas anexas à Lei 6.149, de 9 de setembro de 1970, assim como acréscimos àqueles valores a qualquer título.

Art. 3º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

#### MENSAGEM Nº 94/92

Curitiba, 06 de novembro de 1992.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 634.877.000,00 (seiscentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e setenta e sete mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas de manutenção e conservação da frota de veículos e das aeronaves da Governadoria.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações do próprio órgão e da Secretaria de Estado da Administração, centralizadas no Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 634.877.000,00 (seiscentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e setenta e sete mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de

cancelamentos de dotações do próprio Órgão e da Secretaria de Estado da Administração, centralizadas no Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 2º desta lei, fica alterado o orçamento próprio do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM, aprovada pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de de-

zembro de 1991, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido no artigo 2º desta Lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita por Fontes, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

| 1 SUPLEMENTAÇÃO                       |  | A N E X O I       |  | FL. 01       |  | I        |
|---------------------------------------|--|-------------------|--|--------------|--|----------|
| I ANEXO                               |  |                   |  | CRS 1.000,00 |  | I        |
| I I                                   |  | I INATUREZA I I I |  | I VALOR      |  | I IN DOI |
| I I                                   |  | I DA IFTIDI       |  | I I          |  | I IPROCI |
| I I                                   |  | I IDESPESA I IRI  |  | I I          |  | I ICOP I |
| I 0900 ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO     |  | I I I I           |  | I I          |  | I I      |
| I I                                   |  | I I I I           |  | I I          |  | I I      |
| I 0905 ICASA MILITAR                  |  | I I I I           |  | I I          |  | I I      |
| I 2761 IASSESSORAMENTO MILITAR AO     |  | I I I I           |  | I I          |  | I I      |
| I IGOVERNADOR                         |  | I 3120.00I00ILI   |  | 31.920       |  | I0686I   |
| I 2762 IADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE |  | I I I I           |  | I I          |  | I I      |
| I ITRANSPORTE - CASA MILITAR          |  | I 3132.00I00ILI   |  | 602.957      |  | I0686I   |
|                                       |  | T O T A L I       |  | 634.877      |  | I        |

| 1 CANCELAMENTO                    |  | A N E X O I I     |  | FL. 01       |  | I        |
|-----------------------------------|--|-------------------|--|--------------|--|----------|
| I ANEXO                           |  |                   |  | CRS 1.000,00 |  | I        |
| I I                               |  | I INATUREZA I I I |  | I VALOR      |  | I IN DOI |
| I I                               |  | I DA IFTIDI       |  | I I          |  | I IPROCI |
| I I                               |  | I IDESPESA I IRI  |  | I I          |  | I ICOP I |
| I 0900 ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO |  | I I I I           |  | I I          |  | I I      |
| I I                               |  | I I I I           |  | I I          |  | I I      |
| I 0905 ICASA MILITAR              |  | I I I I           |  | I I          |  | I I      |
| I 2761 IASSESSORAMENTO MILITAR AO |  | I I I I           |  | I I          |  | I I      |
| I IGOVERNADOR                     |  | I 4120.00I00ILI   |  | 6.384        |  | I0686I   |
| I I                               |  | I I I I           |  | I I          |  | I I      |
| I 2100 ISECRETARIA DE ESTADO DA   |  | I I I I           |  | I I          |  | I I      |
| I IADMINISTRAÇÃO                  |  | I I I I           |  | I I          |  | I I      |
| I I                               |  | I I I I           |  | I I          |  | I I      |
| I 2102 IGABINETE DO SECRETARIO -  |  | I I I I           |  | I I          |  | I I      |
| I IENTIDADES VINCULADAS           |  | I I I I           |  | I I          |  | I I      |
| I 2011 IAQUISICÃO CENTRALIZADA DE |  | I I I I           |  | I I          |  | I I      |
| I IMATERIAIS - DEAM               |  | I 4311.02I00ILI   |  | 628.493      |  | I0686I   |
|                                   |  | T O T A L I       |  | 634.877      |  | I        |

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

| SUPLEMENTAÇÃO |                                   | ANEXO I             |    | FL. 01 |        | CRS 1.000,00 |        |
|---------------|-----------------------------------|---------------------|----|--------|--------|--------------|--------|
| ANEXO NO.     |                                   |                     |    |        |        |              |        |
| CODIGO        | ESPECIFICAÇÃO                     | NATUREZA DA DESPESA | IL | IR     | VALOR  | IN. DOI      | IPROCI |
| 1200          | SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA |                     | I  | I      |        | I            | I      |
|               | DE DO COMERCIO - ENTIDADES        |                     | I  | I      |        | I            | I      |
|               | IVINCULADAS                       |                     | I  | I      |        | I            | I      |
|               |                                   |                     | I  | I      |        | I            | I      |
| 1236          | FUNDACAO ESCOLA DE MUSICA E BELAS |                     | I  | I      |        | I            | I      |
|               | ARTES DO PARANA                   |                     | I  | I      |        | I            | I      |
| 2517          | ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO     |                     | I  | I      |        | I            | I      |
|               | ENSINO SUPERIOR DE MUSICA E BELAS |                     | I  | I      |        | I            | I      |
|               | ARTES                             | 3132.00             | 40 | IL     | 80.822 | 146781       |        |
| TOTAL         |                                   |                     |    |        |        | 80.822       |        |

|                         |   |          |        |                         |  |
|-------------------------|---|----------|--------|-------------------------|--|
| ACRESCIMO<br>DA RECEITA |   | ANEXO II |        | FL. 01<br>Cr\$ 1.000,00 |  |
| CODIGO                  | ESPECIFICAÇÃO                           | FT       | VALOR  |                         |  |
|                         | FUNDAÇÃO ESCOLA DE MUSICA E BELAS ARTES |          |        |                         |  |
|                         | DO PARANA                               |          |        |                         |  |
| 1990.05.00              | Saldo de Exercícios Anteriores          | 40       | 80.822 |                         |  |
| TOTAL                   |   |          | 80.822 |                         |  |

MENSAGEM Nº 096/92

Curitiba, 06 de novembro de 1992.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 97.000.000.000,00 (noventa e sete bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria Especial da Política Habitacional, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando dar prosseguimento às obras do Programa Casa Família, em diversos municípios do Estado do Paraná.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, fonte 09 - Títulos da Dívida Agrária.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia reitero a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Súmula: Aprova crédito suplementar, alterando o vigente orçamento da Secretaria Especial da Política Habitacional.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$97.000.000.000,00 (noventa e sete bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria Especial da Política Habitacional, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei, ficando simultaneamente convertida a fonte 09 - Títulos da Dívida Agrária para a fonte - 00 - Ordinário não Vinculado.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, conforme anexo II.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterada a programação orçamentária global da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR e o Orçamento Próprio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, aprovados pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho de 1992 e pelo Decreto nº 1.583 de 02 de setembro de 1992, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 3º desta lei, fica alterado o demonstrativo da receita por fontes da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, conforme Anexos V e VI desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

| I SUPLEMENTACAO |      | A N E X O I |                                  | FL. 01       |               | 1                 |
|-----------------|------|-------------|----------------------------------|--------------|---------------|-------------------|
| I ANEXO         |      |             |                                  | CRS 1.000,00 |               | 1                 |
| I / I           |      | INATUREZA   |                                  | IL I         |               | IN DOI            |
| I CODIGO        |      | I DA        |                                  | IFTIDI       |               | IFROCI            |
| I I             |      | I DESPESA   |                                  | I IRI        |               | ICOF I            |
| 1               | 4900 | 1           | ISECRETARIO ESPECIAL DA POLITICA | 1            | I I I         | 1                 |
| 1               |      | 1           | I HABITACIONAL                   | 1            | I I I         | 1                 |
| 1               |      | 1           |                                  | 1            | I I I         | 1                 |
| 1               | 4902 | 1           | IGABINETE DO SECRETARIO -        | 1            | I I I         | 1                 |
| 1               |      | 1           | I ENTIDADES VINCULADAS           | 1            | I I I         | 1                 |
| 1               | 1079 | 1           | I INVESTIMENTO PARA PRODUCAO DE  | 1            | I I I         | 1                 |
| 1               |      | 1           | I HABITACAO POPULAR - COHAPAR    | 1            | 4140.00100111 | 97.000.000 105511 |
|                 |      | T O T A L   |                                  | 1            |               | 97.000.000 1      |

| I CANCELAMENTO |                               | A N E X O I I        |       | FL 01        |          | I      |        |
|----------------|-------------------------------|----------------------|-------|--------------|----------|--------|--------|
| I ANEXO        |                               |                      |       | CRS 1 000,00 |          | I      |        |
| I / I          |                               |                      |       |              |          |        |        |
| ICODIGO I      | ESPECIFICACAO                 | INATUREZA I          | IL I  | VALOR        | IN DOI   | IFROCI | ICOF I |
| I I            | I                             | I DA IFTIDI          | I IRI |              |          |        |        |
| I 4500         | ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO | I I I I              |       |              | I I      |        |        |
| I              | I AMBIENTE                    | I I I I              |       |              | I I      |        |        |
| I              | I                             | I I I I              |       |              | I I      |        |        |
| I 4502         | IGABINETE DO SECRETARIO -     | I I I I              |       |              | I I      |        |        |
| I              | I ENTIDADES VINCULADAS        | I I I I              |       |              | I I      |        |        |
| I 2624         | I PROGRAMACAO A CARGO DO IAP  | I 4311.02 I 09 I I I |       | 97.000.000   | I 0551 I |        |        |
|                |                               | T O T A L I          |       | 97.000.000   | I        |        |        |

| I SUPLEMENTACAO |                                   | A N E X O I I I      |       | FL 02        |          | I      |        |
|-----------------|-----------------------------------|----------------------|-------|--------------|----------|--------|--------|
| I ANEXO         |                                   |                      |       | CRS 1 000,00 |          | I      |        |
| I / I           |                                   |                      |       |              |          |        |        |
| ICODIGO I       | ESPECIFICACAO                     | INATUREZA I          | IL I  | VALOR        | IN DOI   | IFROCI | ICOF I |
| I I             | I                                 | I DA IFTIDI          | I IRI |              |          |        |        |
| I 5000          | ISECRETARIA ESPECIAL DA POLITICA  | I I I I              |       |              | I I      |        |        |
| I               | I HABITACIONAL - ENTIDADES        | I I I I              |       |              | I I      |        |        |
| I               | I VINCULADAS                      | I I I I              |       |              | I I      |        |        |
| I               | I                                 | I I I I              |       |              | I I      |        |        |
| I 5097          | ICOMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA | I I I I              |       |              | I I      |        |        |
| I               | I - COHAPAR                       | I I I I              |       |              | I I      |        |        |
| I 1867          | I PROGRAMA MUTUACAO               | I 4110.00 I 00 I I I |       | 97.000.000   | I 0551 I |        |        |
|                 |                                   | T O T A L I          |       | 97.000.000   | I        |        |        |

| I CANCELAMENTO |                                     | A N E X O I V        |       | FL 02        |          | I      |        |
|----------------|-------------------------------------|----------------------|-------|--------------|----------|--------|--------|
| I ANEXO        |                                     |                      |       | CRS 1 000,00 |          | I      |        |
| I / I          |                                     |                      |       |              |          |        |        |
| ICODIGO I      | ESPECIFICACAO                       | INATUREZA I          | IL I  | VALOR        | IN DOI   | IFROCI | ICOF I |
| I I            | I                                   | I DA IFTIDI          | I IRI |              |          |        |        |
| I 4600         | ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO       | I I I I              |       |              | I I      |        |        |
| I              | I AMBIENTE ENTIDADES VINCULADAS     | I I I I              |       |              | I I      |        |        |
| I              | I                                   | I I I I              |       |              | I I      |        |        |
| I 4695         | I INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA -   | I I I I              |       |              | I I      |        |        |
| I              | I IAP                               | I I I I              |       |              | I I      |        |        |
| I 2626         | I ADMINISTRACAO E OPERACIONALIZACAO | I I I I              |       |              | I I      |        |        |
| I              | I DAS ATIVIDADES DO IAP             | I 4130.00 I 09 I I I |       | 97.000.000   | I 0551 I |        |        |
|                |                                     | T O T A L I          |       | 97.000.000   | I        |        |        |



| COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR |                                    |                                 |            |
|--|------------------------------------|---------------------------------|------------|
| ACRESCIMO<br>DA RECEITA                    |                                    | ANEXO V<br>ANEXO AO DECRETO No. |            |
|  |                                    | FL. 01<br>Cr\$ 1.000,00         |            |
| CODIGO                                     | ESPECIFICACAO                      | FT                              | VALOR      |
| 2521.01.01                                 | Recursos da Arrecadação do Tesouro | 00                              | 97.000.000 |
| TOTAL                                      |                                    |                                 | 97.000.000 |

| INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP |                                       |                                  |            |
|-------------------------------------|---------------------------------------|----------------------------------|------------|
| REDUÇÃO<br>DA RECEITA               |                                       | ANEXO VI<br>ANEXO AO DECRETO No. |            |
|                                     |                                       | FL. 01<br>Cr\$ 1.000,00          |            |
| CODIGO                              | ESPECIFICACAO                         | FT                               | VALOR      |
| 2412.01.05                          | Recursos de Títulos da Dívida Agrária | 09                               | 97.000.000 |
| TOTAL                               |                                       |                                  | 97.000.000 |

**Ofício:**

Ofício nº 516/92

Senhor Presidente.

Tomo a liberdade de dirigir-me a Vossa Excelência para solicitar justificativa à minha ausência aos trabalhos parlamentares neste dia 10 de novembro, tendo em vista compromissos assumidos na região.

Ao ensejo, permita-me antecipar agradecimentos, juntamente com as mais sinceras saudações.

Sala das Sessões, em 10.11.92

(a) MARIO BEZERRA

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1707**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em especial as previstas no artigo 132, § 2º, inc. XII, combinado com o artigo 182 e seguintes do Regimento Interno, vem a presença de Vossa Excelência requerer que, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 143/92, que "autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com o Município de Curitiba e Municípios que integram a Região Metropolitana e a Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu, para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água potável, de implantação de esgotos sanitários e promoção de saneamento básico".

Sala das Sessões, em 10.11.92

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

**REQUERIMENTO Nº 1710**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, a reinclusão na Ordem do Dia de 11 de novembro do corrente ano do Projeto de Lei nº 172/92, de autoria deste Parlamentar, que dispõe sobre o papel reciclado para material de expediente na Administração Pública, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 10.11.92

(a) PLAUTO MIRO GUIMARAES

**JUSTIFICATIVA:**

O Plano de Lei objeto deste, após ser aprovado em 1ª discussão, encontrava-se na Ordem do Dia de 21 de outubro do corrente ano para ser submetido a 2ª discussão, ocasião em que atendendo a solicitação de alguns Parlamentares, requereu a retirada daquele por três sessões. Considerando-se concluído o tempo estabelecido solicitamos a reinclusão do supracitado Projeto de Lei na Ordem do Dia para que siga sua normal tramitação pelos órgãos desta augusta Casa de Leis.

**REQUERIMENTO Nº 1714**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.11.92

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO Nº 1720**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o arquivamento definitivo do Projeto de Lei nº 315/92, de sua autoria, que autoriza a concessão de desconto nas prestações dos financiamentos para aquisição da casa própria, através da COHAPAR, para os trabalhadores volantes.

Sala das Sessões, em 10.11.92

(a) NELSON GARCIA

**REQUERIMENTO Nº 1708**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem a presença de Vossa Excelência, REQUERER que o Projeto de Lei nº 368/91 que "institui o PLANO DIRETOR RODOVIÁRIO DO PARANÁ - RODOPAR" seja inserido na Ordem do Dia das próximas Sessões, tendo em vista que o mesmo já tramita por esta Casa em Regime de Urgência, conforme Requerimento nº 637 devidamente aprovado na Sessão do dia 12 de maio do corrente ano.

Sala das Sessões, em 10.11.92

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

**REQUERIMENTO Nº 1721**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a constituição de comissão especial, constituída de 03 (três) Deputados para, representando esta Assembléia Legislativa, comparecer a audiência com sua Excelência o Senhor Ministro da Previdência Social, na próxima quinta-feira, dia 12 de novembro, em Brasília, para tratar dos assuntos pertinentes à Lei da Previdência Social Rural, com ônus para a este Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 10.11.92

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 1716

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Voto de Pesar, pelo falecimento do Senhor Alberto Cordeiro, ocorrido no último dia 08 de novembro do corrente ano em Paranaguá.

Sala das Sessões, em 10.11.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

## JUSTIFICATIVA:

Alberto Cordeiro, prático da barra de Paranaguá por mais de 30 anos, associado da Associação dos Práticos do Estado do Paraná, onde foi um de seus fundadores, com o passar dos anos, tornou-se uma figura das mais populares em função de seu amplo conhecimento de toda a extensão as baías do Litoral Paranaense.

Em sua atividade social foi fundador ainda do Iate Clube de Paranaguá, sócio benemérito do Clube de Natação e Regatas Comandante Santa Ritta, e foi um dos pioneiros na povoação da Ilha do Mel, sendo pessoa que gozava de bastante estima entre os pescadores artesanais.

Requeiro, ainda, que do presente se dê ciência a Família, do referido requerimento.

Endereço: Terezinha Barletta Cordeiro Hamud - Hamud Shopping - Rua Desembargador Hugo Simas, 236 - CEP: 83203-520 - Paranaguá/PR.

## REQUERIMENTO Nº 1706

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao Município de General Carneiro, pela passagem do seu 31º aniversário de emancipação política.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Senhor Antônio Costa, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Sebastião Sérgio Steptjuk, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 10.11.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

Queremos nesta significativa data - "19 de Novembro" - prestar nossa homenagem a essa população que comemora com grande júbilo os seus 31 anos de existência politicamente emancipada.

A certeza de dias melhores aliada a tudo o que o povo de General Carneiro já conquistou sob a eficiente administração de seu Prefeito Antonio Costa e com o respaldo de seus representantes, converte-se

satisfatoriamente numa realidade.

Pois, a história de General Carneiro é uma história de trabalho, cujo evento marca, além do seu registro, uma cidade renovada pela fibra do seu povo ao longo desses anos.

Por tudo isso, a população de General Carneiro é credora de nosso reconhecimento e admiração.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumprimenta a laboriosa população de General Carneiro certos de que o progresso é resultado do trabalho diuturno de todos que labutam em prol da grandeza de seu Município e do nosso País.

## REQUERIMENTO Nº 1713

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Roberto Requião, solicitando o reajuste dos valores dos contratos do Projeto "Nossa Quadra", tendo em vista a defasagem desses mesmos valores, devido o grave processo inflacionário por que passa o País.

Sala das Sessões, em 10.11.92.

(a) BASILIO ZANUSSO

## JUSTIFICATIVA:

Iniciativa das mais louváveis, uma vez que visa atender às pequenas comunidades, o Projeto "Nossa Quadra", envolvendo a Secretaria Especial do Esporte e Turismo/Fundação de Esporte e Turismo do Paraná, a Secretaria de Estado da Educação/FUNDEPAR e Municípios, está a merecer urgente e indispensável reexame em sua estrutura, justamente para que se possa adequá-lo à realidade conjuntural dos dias atuais.

Ocorre que o valor dos contratos foi inicialmente fixado em Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), assim distribuída a participação das partes: Secretaria do Esporte 46%; Secretaria da Educação/FUNDEPAR, 46%; e Município, 8%. Os primeiros contratos foram firmados no mês de agosto último, quando se deu a liberação das primeiras parcelas, a cargo da Secretaria do Esporte. A segunda, pela SEED/FUNDEPAR, só está ocorrendo agora, três meses depois.

Evidentemente, os valores de hoje, são outros. Os custos, inicialmente previstos e fixados em Cr\$ 150.000.000,00, já estão em Cr\$ 300 milhões.

Enquanto isso, a segunda parcela do convênio começa a ser liberada, obedecendo, porém, os mesmos valores iniciais. Justifica-se a FUNDEPAR, alegando que o contrato não prevê reajustes ou aditivos.

No entanto, está claro que a situação

não pode, simplisticamente, ser entendida dessa forma, sob pena de se pôr a perder uma iniciativa louvável e feliz, sob todos os aspectos. Uma iniciativa que engrandece o governo, justamente por mostrar sua preocupação com as comunidades mais humildes, aquelas que não podem dispor um ginásio de esportes mais sofisticado, mas que, nem por isso, devem se privar das condições mínimas para as saudáveis práticas esportivas.

Há que se acrescer, ainda, que o próprio contrato firmado entre as partes prevê que o prazo de vigência do convênio é de 01 ano. Ora, na situação atual, com a inflação galopante, como admitir um valor fixo, quando tudo sobe a olhos vistos, especialmente no setor da construção?

diente. Necessita de apoio. **Apoiado.** to que S.Exa. o Sr. Governador não deixará de se sensibilizar, determinando providências, a quem de direito, no sentido de corrigir a falha, e fazer com que os contratos sejam devidamente adequados, com a atualização dos valores. E isso porque, a permanecer como está, o Projeto "Nossa Quadra" não será levado em frente, frustrando as expectativas de quantos nele depositavam suas esperanças.

Assim, estou certo de que este Requerimento, por traduzir um apêlo de quem vem acompanhando de perto o problema, merecerá desta Casa e de cada Deputado, em particular, o apoio e a aprovação de que necessita. Da mesma forma, tenho certeza que o Senhor Governador não deixará de se sensibilizar, sensível que é à realidade dos fatos e à situação em que vivemos.

#### REQUERIMENTO Nº 1717

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o soberano Plenário seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, sugerindo o empréstimo a título gratuito e por tempo indeterminado, uma linha telefônica para cada APAE-Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, estabelecida nos Municípios do Estado do Paraná.

Esta iniciativa, visa dar apoio operacional àquelas entidades filantrópicas, que no momento encontram-se do ponto de vista financeiro, em situações extremamente combalidas. Por outro lado, é importante destacar, que as mesmas desenvolvem um papel de fundamental importância no seio social, amparando e cuidando com carinho dos nossos deficientes, e para esse fim, sobrevivem de contribuições de verdadeiros amigos para a sua existência.

Com esta contribuição estaria aquele órgão, contribuindo sobremaneira para a viabilidade administrativa e operacional

das APAE's do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.11.92.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 1722

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, o envio de expediente ao Senador Maurício Correia, ministro da Justiça, sugerindo a indicação do nome do delegado federal José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, para o cargo de Secretário da Polícia Federal, em substituição ao recém-exonerado delegado Romeu Tuma.

Sala das Sessões, em 10.11.92.

(aa) ORLANDO PESSUTI, ANIBAL KHURY, ERONDY SILVERIO, LOURENÇO FREGONESE, ANTONIO ANNIBELLI, RENATO ADUR, TOTI COLAÇO, DOMINGOS CARVALHO, EDSON SILVA LINO, ALGACI TOLIO, JOÃO IENSEN, DOBRANDINO DA SILVA, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, ALCEU SWAROWSKI, CARLOS SIMOES, SEVERINO FELIX, ELIO RUSCH, BASILIO ZANUSSO, ROSSONI, NELSON JUSTUS, COSTENARO NETO, EURIDES MOURA, NELSON GARCIA, DUILIO GENARI, DIRCEU MANFRINATO E OSWALDO TREVISAN.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 335/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao Município de Doutor Ulysses uma motoniveladora, marca HWB, modelo 140 série ZB 10811, ano 1986, código 3MN391.

Parágrafo Único - O bem móvel objeto desta doação fica gravado, com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, passando a fazer parte do patrimônio do referido Município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.92.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei que aqui submetemos a apreciação desta Casa de Leis e que tem por objeto a doação de uma motoniveladora ao recém criado Município de Doutor Ulysses, fundamenta-se na necessidade e realidade de tal Município, posto que tal motoniveladora auxiliará na conservação de trechos rodoviários executados pelo DER/PR através do Subprojeto Estradas Rurais, integrantes do Projeto PRO-RURAL. Outrossim, salientamos que a referida máquina já se encontra prestando serviços àquele Mu-

nício que devido a sua recente criação carece de desejada estruturação.

Assim sendo, esperamos poder contar com o necessário apoio dos Nobres Pares desta Casa.

# PROJETO DE LEI Nº 336/92

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar, do imóvel público transcrito no registro de imóveis da comarca de Curitiba, 1ª Circunscrição, sob nº 15.713, do livro 3-E, a parte situada ao lado direito da rua rápida Centro/Pinheirinho, através da COHAPAR, para quem provar não ser proprietário de outro imóvel em Curitiba.

Parágrafo Único - Serã dada preferência de venda àqueles que já estiverem ocupando o imóvel há mais de um ano.

Art. 2º - O Poder Executivo reservará para si os lotes necessários a equipamentos e prédios públicos, assim como a ruas e logradouros, devendo separá-los e abri-lhes competente matrícula.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.92.

(aa) RENATO ADUR, DIRCEU MANFRINATO, NEIVO BERALDIN, CARLOS SIMÕES, LUIZ CARLOS MARTINS, JOÃO IENSEN, GERALDO CARTARIO, ORLANDO PESSUTI e ALGACI TOLIO.

## JUSTIFICATIVA:

Em 1941 o Estado do Paraná adquiriu uma chácara no Portão, onde construiu o Hospital Geral do Portão, especializado em tuberculose. Logo em seguida, o Estado cedeu os fundos da chácara a funcionários do Hospital, que foram construindo suas residências, até formar uma verdadeira vila de funcionários. Com o tempo foram se desmarcando os lotes, com divisas de respeito e cercas, abrindo-se ruas e sucedendo direitos.

A maior parte dos funcionários acabou por se aposentar ou falecer, deixando seus familiares com magras pensões e uma casinha para morar.

Há uns quinze anos, mais ou menos, a via rápida Centro/Pinheirinho cortou o imóvel do Estado em duas partes. A parte da esquerda, de quem vai para o bairro, ficou exclusivamente para o Hospital, mantendo-o com várias reformas e que ainda tem muita área para crescer. Na parte da direita ficou a vila dos funcionários, que não ocupa todo o terreno, cuja área livre veio a ser há alguns anos invadida, embora ainda restem alguns lotes em posse do Es-

tado.

Desalojar àqueles moradores seria um ato de crueldade, tanto para os velhos funcionários e seus familiares, quanto para os novos ocupantes. Por outro lado, é responsabilidade do Estado prover, com casas populares, residência para as populações mais necessitadas. Não pode se esquecer, tampouco, que os funcionários da década de 50 que foram morar no terreno, prestaram relevante serviço para o Estado e para a Cidade, mantendo, apesar da distância, o Hospital em funcionamento. Além disso, o Estado não necessita daquele terreno, já que o que sobra do lado esquerdo é o bastante para expansão.

# PROJETO DE LEI AUTORIZATORIO Nº 337/92

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a criar o Centro de Treinamento Agro-Silvi-Pastoril de Irati.

Parágrafo Único - O Centro de Treinamento Agro-Silvi-Pastoril de Irati, terá como sede o Município de Irati.

Art. 2º - Os cursos do Centro de Treinamento Agro-Silvi-Pastoril, poderão ser realizados no Colégio Florestal Costa e Silva, no Município de Irati, bem como em propriedades particulares, públicas ou escolas cedidas ou conveniadas.

Parágrafo Único - Os calendários das escolas serão organizados em conjunto com o calendário de cursos ofertados pelo Centro de Treinamento Agro-Silvi-Pastoril de Irati, de modo a possibilitar o acesso aos cursos, sem prejuízo as atividades escolares formais.

Art. 3º - Funções do Centro de Treinamento Agro-Silvi-Pastoril de Irati:

§ 1º - Capacitar alunos das escolas públicas rurais de 5ª a 8ª séries dos municípios que integram a microrregião administrativa 17ª, Centro-Sul, sem afastá-los, por longo período, de suas famílias;

§ 2º - Objetivar a elevação do nível de vida das famílias por meio de melhores conhecimentos de administração e capacitação do processo produtivo no meio rural;

§ 3º - Oportunizar a aquisição de novos conhecimentos tecnológicos que habilitem o jovem a interferir no meio rural onde vivem, sendo agentes de transformação, promovendo maior produtividade nos meios rurícolas;

§ 4º - Oferecer cursos principalmente na entressafra sobre: agricultura, suinocultura, manejo integrado do solo, bovinocultura do leite, psicultura, apicultura, silvicultura, armazenamento e secagem de cereais, irrigação, olericultura, coopera-

tivismo, mecanização, ovicultura e outros que se fizerem necessário a capacitação do jovem agricultor;

§ 5º - Estimular os jovens a desenvolverem suas potencialidades e aptidões para um aprofundamento em cursos a nível de ensino de 2º grau, relacionados com a vida no meio rural;

§ 6º - Orientar o jovem quanto a possibilidade de trabalho no meio rural, com condições de vida normal evitando evasão escolar e também êxodo rural.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação, ficando revogadas as suas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.92.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Irati, localizado na região Centro-Sul do Paraná, em sua contra-partida para a efetivação do Centro de Treinamento Agro-Silvi-Pastoril, possui uma área extremamente apropriada para tal necessidade, que virá atender os anseios da população daquela pujante Região, permitindo que seus filhos, ao invés de se deslocarem a outros centros muito mais distantes, possam praticar em suas terras o aprendizado das novas técnicas agrícolas sem se afastar das propriedades paternas.

É sabido que muitos jovens, filhos de agricultores ao se deslocarem para centros maiores em busca de conhecimentos técnicos, afastam-se da terra e acabam não voltando às lides do campo.

Além dos diversos propósitos, a Região de Irati, notadamente no que tange a agricultura, merece ser melhor aproveitada, de tal forma que as técnicas oriundas do aprendizado no Centro de Treinamento, possa orientar cientificamente toda a agricultura da Região.

Atendendo a autorização ora concedida, estariam os nobres Deputados bem como o Governo do Estado, evitando a evasão do homem do campo, ao mesmo tempo que lhe asseguraria o conhecimento e emprego de novas técnicas agrícolas. Pelo exposto, solicito dos nobres pares com assento nesta Casa, o apoio para este plano de Lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 338/92

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PORTO AMAZONAS", com sede na cidade de Porto Amazonas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

Curitiba, terça, em 10.11.92

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.92.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

A entidade é pessoa jurídica de direito privado, com sede na Cidade de Porto Amazonas. É com caráter eminentemente filantrópico e cultural.

A associação em questão não possui recursos próprios e não tem fins lucrativos.

Foi fundada em 1990, prestando atendimento aos excepcionais e suas respectivas famílias, ministrando palestras de prevenção à excepcionalidade.

Pelo acima exposto vemos que a presente entidade presta relevantes e necessários auxílios aos seus associados.

Por essas razões é que esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares desta Casa.

#### PROJETO DE LEI Nº 339/92

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Altera o Art. 1º da Lei nº 10.104, de 09 de outubro de 1992, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Erceana Campolarguense, com sede e foro no Município de Campo Largo."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.92.

(a) CARLOS SIMÕES

Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Nilton Barbosa.

SR. NILTON BARBOSA - Sr. Presidente, Srs. Deputados...

SR. LOURENÇO FREGONESE - (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do Deputado Bazilio Vilani com anuência do Deputado Nilton Barbosa que ocupa a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Registrada a presença do Deputado Federal Bazilio Vilani nesta Assembléia e, desejamos boas vindas ao nobre parlamentar federal.

Tem a palavra o Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Sr. Presidente, Sras, Srs. Deputados. No período eleitoral nós vimos à tribuna da Assembléia para denunciar atitudes de alguns inte-

grantes do Governo que utilizando a estrutura do cargo que dirigem passeavam nas nossas regiões desrespeitando as lideranças políticas independente de siglas partidárias.

Na oportunidade denunciávamos a atitude do Secretário mais fresco do Paraná, quer dizer, um dos mais frescos porque já foi criada outra secretaria, já foi substituído outro secretário, o Secretário Tadeu França. Conhecido por alguns como "dragão dengoso", que desrespeitava colegas seus secretários em alguns municípios por onde passou apoiando algumas candidaturas.

Achamos um desrespeito do Secretário para com seus companheiros de secretaria e para com os companheiros desta Casa, para com a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Em alguns palanques chegou até a tecer veementes críticas a parlamentares companheiros nossos. Teceu críticas a secretários de Estado e, numa oportunidade onde tinha passado antes dele no município o Secretário dos Transportes e Vice-Governador Mário Pereira, o Secretário Tadeu França do Meio Ambiente disse que não estava autorizado o Vice-Governador a falar pelo Governador.

Foram estas e outras as besteiras e barbaridades cometidas pelo Secretário do Meio Ambiente.

E segundo o seu apelido "dragão dengoso", no sábado em Umuarama, numa reunião ele soltou fogo pela boca tecendo novamente críticas à Assembléia Legislativa do Paraná.

O Jornal Estado do Paraná traz matéria em que ele se defende das boatarias, segundo ele, pela pressão de parlamentares.

Eu acho estranho Sr. Presidente e Srs. Deputados porque eu estava na reunião em Umuarama, a reunião da Associação dos Municípios de Entre Rios, reunião marcada para as 14 horas, com a presença do Secretário e que só começou por volta de 14,40 ou 50 minutos, por atraso do mesmo Secretário. Composta a Mesa, convidado o Sr. Secretário a compôr a Mesa ele ficou no corredor conversando com alguns prefeitos, algumas pessoas que ali estavam até certo ponto retardando a composição da Mesa. O Presidente da Associação dos Municípios de Entre Rios, Prefeito de São Jorge do Patrocínio, fez a abertura da reunião e nos convocou para falarmos, eu até havia sugerido ao Presidente que falasse por primeiro porque eu teria um compromisso em Jesuítas às 18 horas, onde a Câmara daquela localidade estava concedendo o Título de Cidadão Honorário para o Secretário de Habitação...

Sr. Presidente, eu faço uso do Horário do PST, para concluir.

... Quando nos retiramos, soubemos, à

noite, quando encontramos alguns prefeitos, do comportamento do Secretário, Tadeu França, dizendo que não suporta pressão de alguns Parlamentares, Parlamentares que além de pressioná-lo, talvez com o intuito de ocupar o seu cargo, vem usando de pressão para que ele deixe de agir na Secretaria do Meio Ambiente, dizendo conforme a matéria que saiu hoje no Jornal O Estado do Paraná, que nas autuações que fazem nas empresas que poluem o meio ambiente há alguns Parlamentares que o pressionam para tal não fazer.

Mais uma vez, Sr. Presidente e nobres companheiros, este Secretário desrespeita o Parlamento Estadual, e porque deveria se comportar com decência e ao citar a Assembléia Legislativa do Paraná devia dar ele os nomes dos deputados que formam o lobby, ou que até mesmo o pressionam, para que não autue as empresas poluentes do Paraná. Porque se ele vem agindo desta forma tem o nosso aval porque, na verdade, precisamos conservar o meio ambiente.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado, nobre Deputado.

Eu quero endossar as palavras de V.Exa. uma vez que tive conhecimento desta reunião, lá na cidade de Umuarama, através da imprensa. E é lamentável que nós que representamos a região noroeste do Estado e que temos compromissos com vários municípios, não fomos avisados, pelo menos eu não fui avisado pelo Sr. Secretário da sua visita, lá em Umuarama. E lamento profundamente este episódio que ocorreu nesta reunião, quando o Sr. Secretário, Tadeu França, responsabilizou a Assembléia Legislativa do Estado, porque a nota diz: "os deputados", generalizou todos os deputados. Então eu quero dizer a V.Exa. que esta nota do Sr. Secretário foi infeliz, uma vez que ele teria obrigação de dizer quais os deputados que pretendem derrubá-lo. Porque eu entendo que nós, pelo menos da minha parte eu nunca desejei que este fato ocorresse, que nós queríamos a cabeça do Secretário, eu nunca pedi isso. Entendo que a questão do Secretário de Estado é de competência e atribuição do próprio Governador Roberto Requião, eu acho que o Governo coloca e demite o Secretário como bem entender. A não ser quando há algum entendimento entre a Bancada que dá sustentação ao Governo que oferece para a apreciação do Governo algum nome, e se houver o sim do Governador, evidentemente será o Secretário de Estado.

Então V. Exa. está de parabéns pela denúncia que faz, e eu quero aqui dizer que a Assembléia Legislativa do Estado, eu tenho certeza disso não tem a participa-



ção e o desejo de cassar cabeça de Secretário de Estado. Mas na verdade nós sabemos que é uma briga administrativa na Secretaria do Meio Ambiente, quando esta briga administrativa nada tem a ver com a Assembleia Legislativa do Estado. E cabe a decisão agora ao Governador Roberto Requião a reprimir o Senhor Secretário, e até o próprio Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Anibal Khury, cobrar do Senhor Secretário, uma vez que nós não temos responsabilidade para decidir com relação ao Senhor Secretário.

Muito obrigado.

O SR. NELSON GARCIA - V.Exa. me concede o aparte?

**(Assentimento).**

Deputado Nilton Barbosa, Srs. Deputados eu também não poderia deixar, Deputado Nilton Barbosa, de somar às suas palavras porque realmente nós representamos a Região Noroeste, e sempre a Região Noroeste um pouco ainda esquecida; e quando nós temos a oportunidade de ter algum Secretário para ver a realidade do nosso Noroeste, esses Secretários se dirigem até os nossos Municípios sem a nossa comunicação, sem o nosso saber. Eu também ontem, chegando a Assembleia Legislativa, procurei a Liderança do Governo, conversei com o Governo, chateado, porque realmente as questões que abrangem o Secretário Tadeu França são muito grandes em Umuarama e também na região, e nós não estávamos lá junto com as nossas Lideranças discutindo esses assuntos. Por quê? Porque nós não fomos convidados.

Estamos juntos com o Governo, estamos apoiando o Governo, e esse entendimento fica difícil para nós porque somos cobrados por nossa Liderança, e somos cobrados pela população e a comunidade da nossa região. Então, é difícil você responder algumas consultas através da imprensa de Umuarama a respeito de algum assunto que você nem foi convidado a participar desse assunto junto com o Secretário. Então, eu parablenizo V.Exa. e me somo a V.Exa. a esses dados que V.Exa. vem levantando.

O SR. NILTON BARBOSA - Agradeço o aparte do Deputado Dirceu Manfrinato, do Deputado Nelson Garcia. Para finalizar Senhor Presidente, quero deixar aqui o meu repúdio de protesto do comportamento indecente, anti-ético do Secretário de Meio Ambiente, Tadeu França, que na verdade essa sua ida a nossa região, convidado que foi pela Associação dos Municípios, nós não sabemos da sua presença, não sabia o Deputado Dirceu Manfrinato, o Deputado Nelson Garcia, e nem eu tinha conhecimento. E lembrou bem o Deputado Nelson Garcia: tem diversos assuntos para tratar com

esse Secretário.

Nós estamos com problemas nas ilhas do Rio Paraná, onde os fazendeiros estão colocando nas pastagens ali existentes um número de gado não permitido por alqueire, meu caro Eurides Moura, e depredando as nossas ilhas, e que sem dúvida já está trazendo problemas de meio ambiente. Tantos outros problemas, como o próprio caso do Rio Canelinha em Umuarama, onde a própria Sanepar está ali contribuindo com a poluição do nosso Rio Canelinha na nossa cidade de Umuarama, tantas coisas poderiam ser discutidas. Mas por não haver aviso prévio, aviso antecipado do Sr. Secretário nos dizendo da sua ida à região, não pudemos estar presentes o Deputado Dirceu Manfrinato e o Deputado Nelson Garcia. Nós estávamos lá porque tínhamos outros compromissos e aproveitamos para participar da reunião a convite do Presidente da Associação. Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, fica aqui o nosso protesto do comportamento do Secretário Tadeu França e o nosso desejo de que o pensamento do Governador Roberto Requião se torne realidade, substituindo o Secretário, colocando lá pessoa competente, afinado com o Parlamento, afinado com os interesses do Paraná e dos nossos Municípios em especial.

O SR. PRESIDENTE - A Presidência ouviu com atenção as palavras de Vossa Excelência, bem como do noticiário dos jornais. Falo em nome da Casa repudiando as palavras do Secretário Tadeu França, porque realmente elas não representam a realidade.

Eu creio que a Assembleia tem se comportado, todos os Deputados com absoluta decência dentro da ética parlamentar. O Secretário extravasou, e nós vamos entrar em entendimento com o Senhor Governador do Estado a fim de que, através de uma atitude mais enérgica do Senhor Governador, esse Secretário não mais repita essas palavras, como Secretário ou não Secretário.

O SR. NILTON BARBOSA - Eu agradeço Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Parablenizo Vossa Excelência, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Trevisan com a palavra.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

A Comissão de Constituição e Justiça, da Assembleia Legislativa do Paraná aprovou hoje o parecer ao Projeto de Lei nº 592/91, oriundo da Mensagem Governamental 145/91, com a qual o Governador Roberto



Requião encaminhou a esta Casa de Leis o Projeto que cria o Fundo de Previdência do Estado do Paraná.

Tendo aqui chegado este Projeto em dezembro de 1990, ele tramitou, antes de chegar a sua aprovação final na Comissão de Constituição e Justiça, pelas mãos de diversos relatores. Inicialmente com o Deputado José Tavares, hoje Secretário de Estado da Justiça. Depois também teve a participação do Deputado Toti Colaço. Depois a nossa participação, quando levamos à CCJ. o Substitutivo Geral. Posteriormente a nós, atuou também no Projeto como relator o Deputado Arlindo Troian que, tendo feito quatro alterações em nosso Substitutivo, conseguiu a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça, na reunião do dia de hoje.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Este é um dos mais importantes projetos que a Casa deverá discutir ainda neste ano. Eis que daqui a alguns dias este projeto estará sendo examinado pelo Plenário desta Casa.

Este Projeto de Lei nº 592/91, o Governador Roberto Requião procura amparar todos os servidores do Estado, sendo eles celetistas e também estatutários, garantindo-lhes uma previdência, uma aposentadoria que, ao longo do tempo, lhes dê garantia e tranquilidade; porque se as coisas continuassem como estão, grande parte do orçamento do Estado dentro de poucos anos seria destinada para o pagamento das aposentadorias.

Ao Tesouro do Estado nada restaria para as atividades de custeio de Estado e também nada restaria para as atividades de investimento do Estado, a par de deixarmos milhares de servidores estatutários apressados e milhares de trabalhadores celetistas percorrendo mês a mês as intermináveis filas dos bancos em busca de uma minúscula aposentadoria do Instituto Nacional da Previdência Social.

Para pôr fim a tudo isto, e garantir a todos os servidores do Estado, é que o Governador Roberto Requião encaminhou o Projeto de Lei que cria o Fundo de Previdência do Estado e que vai funcionar da seguinte maneira: os servidores contribuirão, de sua parte, com 10% e o Estado também contribuirá com 10%. Ou seja, do bolo total de pagamentos que são feitos aos servidores, desse total da folha de pagamento do Estado, 20% disto vai compor o Fundo de Previdência do Estado. Digamos que tenhamos hoje uma folha de pagamento da ordem de quatrocentos bilhões de cruzeiros, então oitenta bilhões de cruzeiros serão destinados à formação desse fundo de previdência, sendo 10% de contribuição do servidor e 10% contribuição do tesouro do Estado, portanto, 10 e mais 10 é igual

20% que passa a compor o fundo de previdência. Mas além da previdência, além dos 10% do total da folha de pagamento para compor o fundo de previdência do Tesouro do Estado contribuirá, também, com mais 2% para a assistência médica, e procura com isso, o Governador Requião, democratizar e interiorizar a assistência médica levando ela, também, e alcançando, se possível, até a livre escolha nos mais longínquos rincões do Estado do Paraná. Com isso se objetiva a dar ao servidor ao mesmo tempo que se lhes garanta uma aposentadoria tranquila e em valores compatíveis com a dignidade. Também se procura dar ao servidor a assistência médica, hospitalar e dentária e se buscando até a livre escolha democratizando e interiorizando, portanto, a assistência médica.

É importante, também, lembrar que o projeto contempla os pensionistas que até então vinham recebendo uma pensão de somente 50%, o projeto contempla a pensão, agora, com 100%, portanto, atendendo a um princípio constitucional da Constituição Federal, estabelecendo que a pensão seja integral.

Também o projeto contempla o auxílio reclusão que até então era desconhecido dos atendimentos anteriores. Mas apenas para que se tenha uma idéia do local do Projeto para que nós depois possamos detalhar dois ou três artigos de grande importância nós vamos ler os quatro artigos iniciais que dão uma idéia global da importância desse projeto.

Então diz aqui o Capítulo I do Plano de Previdência. O artigo 1º diz o seguinte: "O Estado do Paraná promoverá a previdência social e seus servidores e respectivos dependentes mediante contribuição que assegure meios indispensáveis para a manutenção dos benefícios previdenciários".

Artigo 2º: "A Previdência Social do Servidor Estadual abrange: 1) Quanto ao segurado - aposentadoria por invalidez permanente; aposentadoria compulsória; aposentadoria voluntária; aposentadoria por tempo de serviço. 2) Quando aos dependentes - pensão por morte; e auxílio reclusão que é a inovação desse projeto".

Artigo 3º: "Para os fins previstos no artigo anterior fica criado o fundo de previdência do Estado, a ser constituído e gerido na forma estabelecida por esta lei".

Artigo 4º: "Os recursos alocados ao fundo de previdência do Estado não serão utilizados para outra finalidade que não a do custeio total da previdência social do servidor, sob pena de ser responsabilizado na forma da lei que assim o permitir".

Então por estes quatro artigos, já se

verifica a seriedade do projeto e já se constata que o objetivo do Governador Roberto Requião é assegurar a todo o servidor do Estado do Paraná, a necessária tranquilidade, tanto na aposentadoria como no auxílio reclusão.

Mas é importante agora, Srs. Deputados nós comentarmos aqui ligeiramente quatro artigos, mas antes fazendo algumas considerações de como é que vai funcionar este Fundo de Previdência.

Se nós aprovarmos ainda neste ano esta lei, o que nós esperamos que ocorra, e obedecendo o princípio da anualidade do tributo, esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, mas com efeitos financeiros a partir do dia 01.01.93.

Mas a pergunta é a seguinte: entrando em vigor com seus efeitos financeiros, as atuais aposentadorias e as pensões já passam a correr por conta do Fundo? Não. A coisa vai funcionar assim:

As pensões de imediato, elas passam a ser de responsabilidade do Fundo. Uma vez entrada em vigor a lei, uma vez com seus efeitos financeiros em vigor, o Fundo passa a responder pelo pagamento das pensões. No entanto, as atuais aposentadorias e também aquelas que vierem a ocorrer nos próximos 24 meses ou seja todos os aposentados atuais e também aqueles que vierem a se aposentar nos próximos 24 meses, essas aposentadorias ainda continuarão a correr por conta do Tesouro nos próximos 12 anos. O objetivo disso é capitalizar o Fundo, para que o Fundo se sinta capitalizado e em condições de, daqui a doze anos, arcar integralmente com as aposentadorias que vierem a ocorrer já daqui a dois anos e aquelas que forem surgindo para o futuro.

Com esse objetivo procura o projeto capitalizar o fundo e garantir estas aposentadorias.

É importante também lembrar que o Governo vai contribuir além dos dez por cento, com mais dois por cento para a assistência médica de todos os servidores.

Mas é importante nós lembrarmos e para sedimentar o conhecimento da questão...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Luiz Carlos Martins oferece também o horário do PST para V.Exa.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Muito obrigado, nobre Deputado e com esta deferência V.Exa. também conta ponto conosco, mantendo seu prestígio, portanto, em dia conosco.

Muito obrigado.

No artigo 60, no título 3º, quando trata das disposições gerais e transitórias.

O artigo 60 é este que nós acabamos de explicar:

Os proventos dos atuais servidores inativos, bem como proventos daqueles servidores que vierem a se aposentar antes do prazo previsto no artigo 61, que é um prazo de 24 meses, correrão esses proventos pelo prazo de 12 anos da vigência desta lei, ainda por conta do Tesouro do Estado. No artigo, parágrafo único ainda do artigo 60: "Após o decurso do prazo fixado neste artigo o Fundo de Previdência assumirá o encargo da aposentadoria." No artigo 61 nós temos assim: "Os proventos dos servidores que vierem a se aposentar a partir de 24 meses da data desta lei correrão à conta do Fundo de Previdência." Ou seja, o Fundo de Previdência ele só vai começar a pagar, a responder pelas aposentadorias daqui a 24 meses. Até então continua o Tesouro do Estado arcando com estas aposentadorias.

Outro artigo importante que merece ser trazido também à análise desta Casa é o artigo 62: "As pensões previstas neste regime serão custeadas pelo Fundo de Previdência a partir da vigência desta lei." Significa que as pensões, desde logo, o Fundo vai pagar. Mas as aposentadorias ele só começa a pagar daqui a dois anos, sendo que o Tesouro continua respondendo por doze anos pelas atuais aposentadorias e por aquelas que vierem a ocorrer nos próximos vinte e quatro meses. É importante, também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o artigo 68 do projeto que me pareceu, mereceu do nobre Deputado Paulo Maia alguma consideração numa das reuniões da CCJ. O Estado do Paraná instituirá, a partir da vigência desta lei, apólices de seguro saúde para os servidores ativos e inativos do Estado, bem como para os pensionistas do Fundo Previdenciário.

§ 1º - "Para custeio de tal atividade serão destinados recursos da ordem de 2% dos valores creditados em folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas".

§ 2º - "Os servidores abrangidos pelo plano complementar de saúde poderão ser prestados, os serviços, aliás os serviços abrangidos pelo plano complementar de saúde, poderão ser prestados pelo Instituto de Previdência do Estado, mediante convênio ou através de contrato celebrado com empresas privadas que atuem nesta área, observado, neste caso, o procedimento licitatório. Aqui está aberta a possibilidade da livre escolha.

§ 3º - "Os serviços de saúde cobertos pela apólice de que trata este artigo são aqueles atualmente prestados pelo Instituto de Previdência do Estado".

§ 4º - "As eventuais complementações serão custeadas pelo servidor que as utilizar."

Ou seja, com estes 2%, o Estado con-

trata uma apólice coletiva de saúde e dá ao servidor um cardápio de atendimento gratuito. Digamos, tais e tais tipos de operações e internamento em apartamento de hospital. Se o Servidor ali chega e diz: "Mas eu não quero apartamento. Eu quero uma suíte." Pois não, o Senhor pode ficar em suíte. Só que esta diferença o Senhor vai custear por sua conta, porque o cardápio que nós oferecemos, a lista de atendimento gratuita é esta. "Então, damos ao servidor total liberdade também para escolher o seu serviço médico.

E por fim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vale a pena também comentarmos o artigo 69 do projeto que institui o regime único. O regime único é uma exigência da Constituição Federal, é uma exigência da Constituição Estadual, e o Governador Roberto Requião já está procurando implantar este regime jurídico único com o artigo 69 deste projeto de lei e também do Substitutivo, que nós, rapidamente, vamos comentar, mas antes porém, eu concedo um aparte ao nobre líder do governo do PMDB nesta Casa, o Deputado Orlando Pessuti.

**O Sr. Orlando Pessuti** - Deputado Trevisan, Senhores Deputados.

É uma satisfação recebermos a notícia de Vossa Excelência, bem como também do Presidente da Comissão de Justiça, Deputado Erondy Silvério, acerca de aprovação, no dia de hoje, na sessão da Comissão de Constituição e Justiça, do projeto de lei que trata da implantação no Paraná, do Fundo de Previdência Estadual.

É um projeto que está tramitando nesta Casa desde o final do ano passado, onde mais uma vez a Assembléia Legislativa, através da Mesa Executiva e dos Senhores Parlamentares, em especial neste caso, da Comissão de Constituição e Justiça, e que demonstra que o Poder Legislativo do Paraná é um Poder aberto ao diálogo e que busca constantemente um entendimento naquelas matérias que se fazem necessário o entendimento.

Todos sabemos que quando esse projeto aqui chegou no final do ano passado, ele se apresentou como sendo um projeto bastante polêmico e, de fato, ele é um projeto polêmico, porque pretende revolucionar a questão da previdência dos servidores públicos estaduais. É evidente que sendo um projeto que irá cuidar da vida futura dos servidores do nosso Estado, ele teria que ser analisado com profundidade e minuciosamente e foi por isso que a Assembléia Legislativa em diversas oportunidades abriu as suas portas, seja na Comissão de Constituição e Justiça, seja na Liderança do Governo, seja através de Vossa Excelência, do Deputado Troian, do Deputado José Tavares que funcionaram em diver-

sas etapas como relatores dessa matéria, seja através de Fóruns de Debates que, se não me falha a memória, foram organizados pelo Deputado Dobrandino da Silva e pelo Deputado Alceu Swarowski, enfim, a Assembléia em nenhum momento se recusou a discutir com a amplitude que merecia, esse Projeto de Lei.

Em diversas oportunidades estivemos reunidos com servidores públicos estaduais, com a Diretoria do Instituto de Previdência Estadual, enfim, deu-se a esse Projeto, talvez a maior amplitude de discussão que já teve um projeto aqui na Assembléia Legislativa. Porque muitos projetos, é evidente, demoram até muito mais tempo para serem votados, mas muitas vezes ficam parados em algum setor, em alguma comissão sem ser debatido em cima dele. Esse não. Desde que aqui chegou, em nenhum momento a gente pode dizer que ele ficou engavetado, sempre foi objeto de análise e de discussão, por isso é que eu entendo talvez ser esse o projeto, nesses quase dez anos que estamos na condição de Deputado Estadual na Assembléia, que mereceu a maior atenção e o maior volume de discussões acerca dele.

Passado na Comissão de Constituição e Justiça, vai agora o projeto à Comissão de Finanças, esperamos realmente que ele possa ser apreciado com rapidez para que a gente possa, ainda durante este mês de novembro, trazer esse projeto a Plenário, votá-lo, porque sem sombra de dúvida, para o Estado do Paraná, em termos de finanças para o Tesouro do Estado, ele é importante e tenho certeza, muito mais importante ainda será quando devidamente implantado, devidamente estruturado para os servidores públicos do Estado, porque darão a eles, a certeza de uma aposentadoria digna e honrada, coisa que hoje não acontece com os nossos servidores que se aposentam pelo INSS.

Eu cumprimento Vossa Excelência pelo empenho que teve, pelo tempo que se debruçou sobre esse projeto, igualmente ao Deputado Tavares, hoje nosso Secretário de Justiça, ao Deputado Troian e a todos os Deputados da Comissão de Constituição e Justiça que estiveram diretamente envolvidos na discussão desse Projeto, nas reuniões, na elaboração e aprovação do projeto substitutivo no dia de hoje.

Meus parabéns.

**O SR. OSWALDO TREVISAN** - Muito obrigado, nobre Deputado Líder do Governo do PMDB, nesta Casa, Orlando Pessuti. V.Exa. mostra, mais uma vez, a prodigiosidade da sua memória, trazendo os fatos que ao longo do tempo acompanharam este Projeto que cria o Fundo de Previdência do Estado.

É verdade que durante o tempo que nós

fomos Relator, e a requerimento dos nobres Deputados Alceu Swarowski e Dobrandino da Silva, nós já estivemos reunidos em fóruns de debates por diversas vezes, com os diversos sindicatos de trabalhadores e de servidores públicos do Estado do Paraná. Estamos reunidos com a APP Sindicato..

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) O PFL concede a palavra a V.Exa., dê os seus minutos.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Pois não, muito obrigado, nobre Deputado.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, dê o tempo de todo mundo, Pequeno e Grande Expedientes, deixar tudo com ele!

O SR. OSWALDO TRAVISAN - Concedo aparte ao Dr. Rosinha.

O SR. ROSINHA (Aparte) - Só para fazer uma pergunta: Qual a posição do Governo em relação ao Sistema Único de Saúde?  
Após a resposta, eu faço o aparte.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Depois da resposta V.Exa. que quando vier para o aparte, e eu vou conceder o aparte observado o artigo 83, inciso IV do Regimento Interno. V.Exa. conhece o inciso IV do artigo 83?

O DR. ROSINHA - Senhor Deputado, é que para fazer o aparte eu desejo um esclarecimento antes: qual a posição do Governo em relação ao Sistema Único de Saúde. Aí, eu faço o aparte, comentando o artigo 62, que V.Exa. leu.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Não. É o artigo 83, inciso IV. Mas eu vou lê-lo para V.Exa, assim V.Exa. fica municiado.

O SR. ROSINHA - Eu sei ler, Sr. Deputado. Pode deixar. Eu tenho o Regimento Interno.

O SR. OSWALDO TREVISAN: Está aqui: (lê) "Poderão apartear, em termos breves e corteses". Então, vai significar o seguinte: seja breve e venha manso.

O SR. DR. ROSINHA - Eu serei breve. Percebi qual a posição do Governo em relação ao Sistema Único de Saúde. Mais breve do que isso?

O SR. OSWALDO TREVISAN - Bem, Deputado, eu acredito que a posição do Governo é de obediência à Lei Maior.

Porque o Sistema Único de Saúde já está previsto, também, na Constituição Federal. E devo dizer a V.Exa. que ele não vai ser diferente. Agora, o que o Governo pro-

cura para os servidores do Paraná, com este Projeto, é muito mais do que o Sistema Único dá. Com a criação do Fundo, nós teremos condições de conceder uma aposentadoria digna, tranqüila, e uma assistência médica a todos os servidores do Estado.

Tem o aparte V.Exa.

O DR.ROSINHA (Aparte) - A Constituição brasileira reza da construção de um Sistema Único de Saúde. E o Governo, ao propor a contratação de apólices de saúde do setor privado, nada mais é do que não investir no Sistema Único de Saúde. E, mais, favorecer inclusive o setor privado da saúde, que é o que tem tido grande crescimento. E nós notamos isso não só pelo que consta de tal Projeto de Lei, mas do que consta também no próprio orçamento do Estado, na hora em que reserva 3.66 para o setor de saúde.

Significa que o Governo Estadual faz discurso mas não quer construir o Sistema Único de Saúde. Não colocando verbas, e ainda mais, os seus próprios servidores, fazendo, pelo que Vossa Excelência expôs, a contratação do setor privado. Quando, ao contrário, deveria investir no serviço público de boa qualidade. Não só para os servidores, mas para toda a população paranaense.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Permita-me Vossa Excelência um esclarecimento.

A questão do setor privado é uma mera liberalidade. Eu, por questão de brevidade, não li todos os artigos do Projeto, para o Plenário. Mas, ali diz o seguinte: que o atendimento da saúde ainda poderá continuar sendo prestado pelo Instituto de Previdência do Estado. Mas, se o andamento da coisa indicar que nós poderemos melhorar este atendimento da saúde contratando empresas privadas mediante convênio, tudo bem. Porque note, nobre Deputado, como é que o Estado vai instalar em cada uma das longínquas cidades, dos rincões paranaenses uma estrutura própria só para atender saúde.

Então é muito mais barato e é com muito mais eficiência que se possibilite ao próprio servidor, mediante convênio ele escolher a sua assistência. O que nós procuramos é com realismo é dar uma assistência também de saúde e de qualidade.

O Sr. Dr. Rosinha - Respondeu, mas não resolve. Ao invés de investir no setor privado, por que não investir na Rede de serviços públicos das longínquas cidades, uma vez que todas elas têm Centros de Saúde, sucateiam os Centros de Saúde que já existem para contratar o setor privado.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Mas Deputado, o

Sistema Único de Saúde, nós sabemos que não atende às necessidades da população. O que o Governo requer ou vem com esses 2%, ele está dando mais 2% de contribuição do total da folha de pagamento, objetivando efetivamente o amparo de todos os servidores. Eu acho que ele busca uma política honesta de atendimento ao servidor.

Mas, complementando o aparte, respondendo o aparte do nobre Deputado Orlando Pessuti. Na verdade nós tivemos reunidos por diversas vezes com o Sindicato dos Servidores, com a APP Sindicato ouvindo deles e presente o Deputado Paulo Maia e mais uma vez, ouvindo todas as reivindicações e nós da nossa parte, enquanto tivemos relator, nós procuramos e atendemos a mais de 80%, ou seja, a quase todas as pretensões dos servidores. E como lembrou o Deputado Orlando Pessuti - nós introduzimos as emendas no Substitutivo que foram todas negociadas com o Governo, e o Governo aceitou o que equivale dizer, que esse Substitutivo representa o pensamento de todos os servidores do Paraná e também é aceito pelo Governo, o que quer dizer que uma vez aprovado por esta Casa o Projeto receberá a sanção do Senhor Governador.

Era isso que eu tinha a dizer Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.  
(Assentimento).

Gostaria de anunciar a presença aqui em nosso meio do Senhor João Saraiva, colaborador da Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Portugal e ex-Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República Portuguesa, e ex-Prefeito do Município de Mora no Sul de Portugal, que se encontra aqui no País a convite do Movimento dos Sem-Terra, em troca de experiências com o Sistema Cooperativista dos Assentados aqui no Brasil, que nos honra hoje com a sua presença aqui nesta Sessão da Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença do ilustre visitante e designa em nome da Mesa o nobre Deputado.

Está registrado.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhoras, Senhores Deputados e companheiros das galerias.

Ontem nós apresentamos um requerimento

para ser enviado ao Presidente da República, pedindo a substituição do Senhor Amílcar Gazaniga, Superintendente e Diretor da ELETROSUL.

Nós fizemos isso por diversas razões: a ELETROSUL é a principal estatal da região Sul do País. Atualmente na administração do Senhor Amílcar Gazaniga, existem obras paradas no valor de um bilhão, duzentos dezoito milhões de dólares. Portanto, um prejuízo enorme sendo causado ao Brasil, causado a União.

Na administração dele, ele é acusado de não ter visão empresarial, pois quando o Governo Federal liberou recursos para a construção dessas obras, ele mandou que todas elas parassem e portanto todas se encontram paradas e os recursos liberados para serem tocados adiante. Ele desrespeita o Estatuto Social da Empresa ao manter interino diretores que não podem estar nessas condições, são diretores apaniguados de Amílcar Gazaniga. Diretores que acobertam as suas irregularidades e desrespeitando o Estatuto ele mantém.

Ele demitiu um dos conselheiros representante dos trabalhadores e tem um relacionamento prepotente em relação aos empregados. Foi demitido, esse trabalhador, por denunciar que a Fundação de Previdência e Assistência Social da ELETROSUL, a Elos, comprou ações da Sul América Engenharia S/A - Assad - empresa que originou a CPI do caso P.P. Tanto é que o Ministro Pratine de Moraes, na época - Ministro, instaurou auditoria na Fundação Elos para resolver essas questões.

Esse Senhor, Amílcar Gazaniga, negociou dívidas com empresas, como por exemplo a Cobrasma, favorecendo violentamente as empresas e trazendo sérios prejuízos à ELETROSUL.

Por estas razões foi que nós apresentamos um requerimento ontem pedindo o afastamento de tal diretor da ELETROSUL. Pois é violento o prejuízo que ele tem causado àquela estatal.

Tal requerimento, ou requerimentos semelhantes, foram aprovados pela Assembleia do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. É de interesse do nosso Estado essa questão. A ELETROSUL que é uma estatal da Região Sul na qual toca serviços de hidrelétricas e de usinas e distribuição de energia nos Estados do Sul, é de extremo interesse de todos os nossos governantes. É de interesse do Poder Executivo e é de interesse do Poder Legislativo, porque causa prejuízo ao erário. Foi nesse sentido que apresentamos ontem este requerimento que não foi aceito pela Mesa sob alegação que era para ser enviado ao Presidente da República.

Portanto, se enxergarmos alguém causando prejuízos à Nação, lesando a Nação

por questão de ser instância do Governo Federal, nós não devemos receber um requerimento desse caráter? Eu questiono! Acho que a Mesa deve receber esse tipo de requerimento e deve colocá-lo em discussão. E a maioria dos Deputados presentes decidir se é justo ou não um requerimento que pede o afastamento de diretores, que trazem prejuízo à Nação Brasileira. Se estamos hoje querendo passar o Brasil a limpo, se estamos hoje afastando o Presidente da República e seus Ministros corruptos entre os quais o Pedro Paulo Leoni de Ramos, que foi afastado em função da CPI desse caso Elos. Foi nesse sentido que nós queremos que esse requerimento fosse discutido. Nós não podemos ficar omissos ao constatar qualquer irregularidade no serviço público ou nas estatais brasileiras. Seja ela de que jurisdição for, qualquer que seja seu caráter hierárquico, se municipal, estadual ou nacional. Nós Deputados que fomos eleitos pelo povo, não podemos ver prejuízo e ficarmos calados.

Portanto eu protesto por não ter sido recebido esse requerimento pela Mesa ontem e colocado em discussão. E se a Mesa acha que não dá para receber, consulte o Plenário como foi sugerido por esse Parlamentar naquele momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu quero usar este Grande Expediente para abordar um assunto que para nós é de extrema importância e que, tenho certeza, para alguns, talvez, desta Casa, pode sentir alguns arrepios, quando eu quero aqui, nesta tarde, provar aos Senhores Deputados, a esta Casa e a própria população do Paraná, não por minha própria vontade, mas por estudos realizados por órgãos competentes, a viabilidade da reforma agrária no Brasil. Eu tenho em mão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, um estudo elaborado pela FAO, uma instituição internacional importante e a mais respeitada do mundo e que pertence a Organização das Nações Unidas. A FAO, em conjunto com o Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária do País, faz um estudo minucioso dos assentamentos de lavradores, em nosso País. E nós podemos, por esse estudo comprovar e desmentir, podemos dizer assim, as inverdades que as elites conservadoras, os latifundiários, as organizações pastorais procuram confundir, através dos meios de comunicação, influir na opinião pública que a reforma agrária é inviável e que não traz progresso ao País e à população. Para isso

se tenta utilizar de falsos argumentos, como nós sentimos e ouvimos em muitos momentos frases como por exemplo:- "... os assentados não são vocacionados para a agricultura, portanto são vagabundos, não produzem;... os assentamentos não produzem nada; recebem terras do Governo para depois revender; o grau de miséria nos assentamentos é maior do que antes estas famílias viviam enquanto trabalhavam de empregados, assalariados, parceiros nas grandes fazendas".

O próprio ex-Ministro, Antônio Cabreira, afirmou, no início do seu Governo, que mais de 50% dos assentados no Governo Sarney haviam vendido as terras e abandonado os lotes. Eu quero aqui pois chamar o ministro de mentiroso, ousar chamar o ministro de mentiroso, sem delongas e sem rodeios, chamar de mentiroso, não por minhas palavras mas por esse documento da FAO e do próprio Ministro da Agricultura, quando quero relatar alguns dados que comprovam as mentiras do ministro e também as mentiras daqueles que não querem o progresso desse País, mas querem para si abocanhar as terras os meios de produção e fazer do povo trabalhador um povo miserável, como hoje a grande maioria dos brasileiros passa por essa miséria!

Para os que se iludem com os falsos argumentos dos conservadores, dos latifundiários este estudo da FAO será certamente uma surpresa. Nós conhecemos esta realidade porque aqui, em muitos momentos tenho me pronunciado a respeito, e porque convivo com grande parte desse povo trabalhador que briga, que luta na Justiça contra as armas, contra o Poder instituído e contra o poder do capitalismo para sobreviver, na terra, num País do tamanho do nosso!

Esse estudo, Senhores Deputados, comprova que a renda mensal média das famílias dos assentados é de 3,7 salários mínimos. A renda familiar, a nível de País, porque o estudo não foi feito apenas em algumas partes mas considerando as várias regiões do País onde existem os assentamentos oficiais dos trabalhadores sem-terra. A nível de País a renda das famílias chega à média de 3,7 salários mínimos. A nível de região sudeste chega a 4,13, e aqui na região sul nós nos encontramos chega a 5,6 salários mínimos/mês a renda das famílias assentadas em assentamentos da reforma agrária. A renda média ficou em torno de 2,23 salários mínimos por mês na Região Sul e 2,03 na Região Sudeste.

Esta realidade contrasta frontalmente com a condição dos demais trabalhadores rurais sem-terra e que não conquistaram a sua terra ainda em nosso País. São os assalariados das fazendas, são os parceiros, aqueles que vivem a produzir para os ou-



tros vendo a sua família às vezes morrer de fome. A nível geral o IBGE tem divulgado que 66% dos assalariados rurais do Brasil ganham até um salário mínimo por mês, quando nós vimos aqui essa confrontação e a diferença de uma média de 3,7 salários mínimos por família para os assentamentos.

Por outro lado conforme aparece na pesquisa, comparando-se com a remuneração dos assalariados rurais que são mensalistas, ou seja, os trabalhadores fixos nas fazendas, em todas as regiões do País esses assalariados recebem menos de 50% de renda do que aquela receita recebida pelos assentados nos assentamentos de reforma agrária.

Eu gostaria de comparar este dado a um levantamento feito pelo IPARDES aqui no Paraná, o Instituto Paranaense de desenvolvimento Econômico e Social, que sem considerar as áreas já reassentadas, sem considerar os reassentamentos legais que já estão desapropriados e escriturados aos seus proprietários, o IPARDES fez um levantamento em 10 áreas do Paraná de assentamentos onde os lavradores vivem na mais precária forma de sobrevivência. Nesses 10 assentamentos, 10 áreas de acampamentos do Paraná, 1427 famílias num total de 6.800 pessoas estão sobrevivendo neste levantamento do IPARDES.

E nós vemos aqui da mesma forma numa situação sem nenhum apoio oficial naquilo que nós chamamos de invasões de terra onde está "sub judice", está sendo questionado sem nenhuma interferência legal, a produtividade na agricultura destes assentados que estão lá embaixo de lonas, precariamente sobrevivendo, chega a 1,6, quase dois salários mínimos por família tendo sido uma receita produtiva de 14 bilhões de cruzeiros em apenas 10 destes acampamentos do Paraná. Isso não são dados publicados por este Deputado, mas por institutos do Governo do Paraná que é o IPARDES. Isto nós queremos fazer um comparativo para provar a viabilidade dos lavradores que hoje brigam para implantar e para que realmente sejam colocadas nossas terras para produzir e não fiquem as terras ociosas nas mãos dos latifundiários que não querem, que querem apenas capitalizar, que querem apenas acumular bens e não querem voltar a produzir e resolver os problemas sociais do nosso País.

Nós podemos dizer também de estudos feitos a nível de País do acúmulo de bens nesses assentamentos legalizados. O estudo confirma que o aumento da renda e o nível de consumo foram muito altos. Os investimentos em bens produtivos nestes assentamentos nos 4 anos em que foram realizados os estudos. Houve um aumento de bens dessas famílias de 206% na Região Nordeste, 48% na região Sul, 48% na região Nor-

deste, 218% na região Sul, numa de 206% de aumento de acúmulo de bens dessas famílias que vivem nos assentamentos, nesses assentamentos a média a nível Nacional.

Aqui no Paraná nesses dez acampamentos de sem-terras, acampamentos provisórios como eu já disse, houve um acúmulo de bens nessas dez áreas, onde nenhuma propriedade existia, 942 casas construídas, que são propriedades dessas famílias que estão lá ainda provisoriamente; casas, algumas de alvenaria, algumas de madeira, de pau a pique.

Hoje, o dilema que vivem as famílias nas áreas urbanas para conseguirem uma casinha para morar, as grandes filas da COHAB, do BNH, o povo que vive pagando alugueis, ocupando áreas urbanas porque não têm o mínimo para pagar um aluguel para sobreviver na área urbana; e nós vimos aqui nessa precariedade 1727 famílias sobrevivendo e tendo aí uma produção, construção de 942 casas sem um pila de asseio do Poder Público. E da mesma forma o acúmulo de bens de uma produção de 3.350 cabeças de bovinos, 5.900 cabeças de suínos, 890 cabeças de eqüinos e muâris e 40.000 cabeças de aves; são bens que estão nas mãos dessas famílias nos acampamentos do Paraná em apenas dez áreas pesquisadas e levantadas pelo IPARDES. Nós estamos fazendo esse comparativo, da mesma forma como estamos colocando um estudo da ONU a respeito dos assentamentos no País. Na sequência, quando eu concluir aqui os dados, eu concedo um aparte ao Deputado Bona Turra.

A renda familiar e acúmulo de bens associado a produção, que nós passaremos a dar alguns pequenos dados, comprovam a eficiência, a urgência, a necessidade de fazer com que as terras do nosso País se tornem produtivas realmente para aqueles que precisam da terra para sobreviver. Apesar de todas as dificuldades, da falta de crédito adequado, das condições de fertilidade das terras desapropriadas e às vezes entregues sem nenhuma condição para os assentados, a falta de assistência técnica adequada, apesar de tudo isso as famílias assentadas estão produzindo e muito.

A nível de País, uma das principais mudanças que acontece é a própria produção para o consumo dessas famílias, que já detecta-se por parte das pesquisas o nível de vida das próprias famílias assentadas, o nível de alimentação dos filhos e da família que aumenta significativamente. Por mais dificuldade que as famílias passem, pelo menos deixa-se para trás o rastro da fome, da miséria, o que é muito comum nas famílias que hoje sobrevivem nas periferias das cidades, nas favelas, nas próprias áreas rurais, como subarrendamentos,

como subempregos, bôias-frias e assim por diante. O que pela estimativa do estudo nos dá uma produção, que atingiu em 1990, nesses assentamentos oficiais, pesquisados a nível de Países, uma produção que, eu gostaria que os Senhores Deputados prestassem atenção, duzentos e quarenta mil toneladas de milho, oitenta mil toneladas de feijão, trezentos e dez mil toneladas de mandioca, 170 mil toneladas de arroz, 120 mil toneladas de carne bovina, 120 milhões de litros de leite, 80 milhões de dúzias de ovos. Estima-se pela pesquisa da FAO e do Ministério da Agricultura que 35% desta produção as famílias consomem nos assentamentos, e 65% são destinadas ao mercado, logo, 65% de toda essa produção foi acrescida na produção nacional o que não aconteceria se essas áreas estivessem provavelmente abandonadas como estavam, ou produzindo lá meia dúzia de cabeça de gado para dizer que a área era produtiva e justificar o acúmulo de terra nas mãos dos fazendeiros, dos latifundiários.

Para concluir os dados, um fato que nos traz muita alegria são os indicadores sociais dessas áreas especificamente a questão da mortalidade infantil. A pesquisa específica para analisar a melhoria das condições de vida das famílias assentadas comparando com as condições de vida anteriores certamente poderia indicar os fatores inúmeros que representam o progresso social dessas famílias nesses assentamentos, indescritivelmente superiores a sua condição de sem-terra antigamente. Na oportunidade da escola, nas condições de habitação, nas condições de obtenção de água potável, luz elétrica e outros bens, nas condições de vida comunitária, nos aspectos sócio-políticos que finalmente conseguem transformar o sem-terra num cidadão brasileiro, num cidadão comum como assentado, e também não mais relegados às condições párias, às condições de marginalidade da sociedade.

Os dados constam que na região Sul os índices de mortalidade infantil nesses assentamentos são bem inferiores à média da mortalidade infantil detectadas pelos órgãos de saúde pela própria FAO em nosso País.

É fácil explicar que o resultado das péssimas condições de vida na mata na região Norte quando os assentamentos são feitos muitas vezes em áreas de colonização sem nenhuma estrutura para uma pequena família que lá se instala esse índice aumenta, mas nas regiões Sul e Sudeste do País, também no Nordeste, onde os assentamentos são realizados em regiões que já têm infraestrutura de atendimento à população esses índices caem a bem inferiores a média Nacional da mortalidade infantil em nosso País.

Um falso argumento como se costuma dizer, como já citei no início do próprio ex-Ministro Antônio Cabrera é das desistências dos assentados nos seus assentamentos. Esse é um falso argumento que essa pesquisa comprova de que o Ministro mentiu.

Os assentamentos ou os assentados, essas justificativas conservadoras que procuram jogar essa imagem para a sociedade para jogar a sociedade contra os assentamentos, a reforma agrária, dizem que só se beneficia os aproveitadores desses assentamentos e que a maioria das famílias desistem dos seus assentamentos, das suas terras que são destinadas. Os dados comprovam que na região Norte por aqueles dados que já disse de falta de infra-estrutura as desistências chegam a 32%, o que justifica, pelas razões já apontadas. Nas regiões Nordeste o índice cai para 6% de desistências das famílias assentadas. Na região Sudeste cai para 15%. Na região Sul apenas 4% de desistência das famílias que estão assentadas. E eu disse no início que o Ministro Cabrera para denegrir a imagem e satisfazer realmente as necessidades e os desejos de seus colaboradores, latifundiários, da UDR e não sei o que mais, joga para a opinião pública uma mentira dizendo que 50% das famílias assentadas desistem dando aqui os dados do próprio Ministério e da FAO dão-nos estes dados que não é nada mais do que a média normal que acontece num assentamento, pelas condições humanas, pelas condições familiares, pela própria natureza humana, algumas famílias não se adaptam e desistem de suas áreas. É uma média normal. Na Região Sul temos apenas 4% de desistência comprovadas nestes assentamentos.

No Paraná estas dez áreas pesquisadas pelo IPARDES tiveram uma produtividade, com péssima assistência, nenhum apoio técnico governamental, porque ainda são assentamentos que ocuparam as terras e estão lá embaixo de lonas, sobrevivendo.

A pesquisa de IPARDES nos dá os dados que nove mil e oitocentas toneladas de milho foram produzidas nestas dez áreas, 800 toneladas de feijão, 650 toneladas de arroz, 2 mil e 800 toneladas de algodão, 53 toneladas de soja, 24 de trigo e 2 mil 270 toneladas de mandioca. Isto nos dez acampamentos pesquisados pelo IPARDES no Paraná, sem considerar as áreas de assentamento que aqui já estão contempladas no estudo da FAO e Ministério da Agricultura.

Estes dados nos deixam cada vez mais a acreditar que a reforma agrária no Paraná e em todo o nosso País é viável. Não diria só viável, como necessária, para aumentar a produção de bens, para acumular, para que os nossos trabalhadores rurais se ca-



pitalizem, para que eles produzam alimentos para o povo brasileiro. Para que as terras ociosas deixem de estar jogadas às cobras e lagartos e passem a produzir alimentos. Para que os trabalhadores tenham condições de ter moradias dignas e não vivam jogados à marginalidade nas cidades passando fome, desempregados, na miséria, sem teto para sobreviver. Estes estudos nos provam a viabilidade da reforma agrária, dos assentamentos que estão sendo feitos e que muitos, provavelmente dos Srs. Deputados, condenam.

Mas diria graças a estes brasileiros, graças a coragem destes cidadãos que querem deixar a marginalidade, deixar a fome e miséria de lado, enfrentam as armas às vezes do latifúndio, enfrentam o poder, às vezes, da polícia, o poder do Estado, para poderem produzir naquelas terras que estão ociosas e jogadas, apenas para acumular riquezas e capitais para alguns latifundiários que não querem o progresso do povo, que não querem a solução dos problemas sociais do nosso País.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento).

O Deputado Ovídio Constantino traz aqui a confirmação de que a organização popular é capaz de proezas maravilhosas. As classes populares, os trabalhadores, já não precisam provar nada às classes dominantes, à burguesia brasileira. A capacidade dos trabalhadores, a capacidade de suas mulheres, estão comprovadas pelos dados que V.Exa. traz à Casa; estão comprovadas pelas demonstrações cívicas patrocinadas pelos trabalhadores para que o País pudesse ser democratizado.

E o que é de espantar e de preocupar é que o sonho dos trabalhadores de ter terra para nela trabalhar, vem sendo prorrogado. Mesmo este processo que sacudiu o País, que derrubou o Presidente da República, que fez ascender à Presidência o Vice-Presidente, não significa compromissos com a execução e implementação de um programa sério, nacional, da reforma agrária. A frente do Ministério da Agricultura, o Dr. Lázaro, que por todas as informações que temos está comprometido com o latifúndio no Estado de Goiás, de modo que mais uma vez se frustra a expectativa de pelas vias oficiais, pelas vias oficiais, se realizar reforma agrária neste País.

Interesses poderosos se opõem a isto. Sabemos disto. Dados não tão recentes da Comissão Parlamentar de Inquérito, de uma das comissões realizadas no Congresso Nacional, davam conta e isto é de estarrecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados de que trinta e três milhões de hectares de ter-

ras hoje no Brasil se encontram sob o domínio de grupos econômicos multinacionais e isso equivale a dizer de que oito estados da federação estão sob o comando direto de forças estrangeiras no Brasil.

Se nós agregamos a esse dado ao que detêm os bancos, que detêm e detêm muito, detêm não só o monopólio dos financiamentos rurais, os financiamentos agrícolas como detêm também uma grande quantidade de terra, a igreja brasileira também detém uma grande quantidade de terra e eu me lembro aqui da expressão de dois anos atrás, de Dom Ladislao, quando num gesto até de perplexidade ele se perguntava: se o homem vai a beira da estrada, ali ele não pode porque é estrada e ali é do Governo. Se ele vai numa terra qualquer ali não pode porque ali tem dono. Se ele vai num canto da periferia ali também não pode, porque ali tem dono.

Então nós temos uma legião de homens e de mulheres que não têm lugar para morar, não têm lugar para fazer, para educar seus filhos, não têm lugar para participar do processo econômico nacional.

Então esta investigação que V.Exa. traz é uma investigação sempre presente. É um processo que todos nós patriotas temos de levar a cabo, a luta pela reforma agrária, a luta pelas reformas sociais deste País e essa é uma luta que afronta interesses, grandes interesses internacionais e interesses nacionais.

Cada vez menos organizações como a UDR e há também organizações formais do movimento sindical patronal, cada vez menos vêm externar suas posições reacionárias, porque cada vez mais estão representados nos governos, cada vez mais estão representados nos parlamentos e eu acho que esta investigação, sobre as reais condições de vida da população do campo vai nos dar contas, Sr. Presidente, Srs. Deputados de que é uma situação de extrema miséria, é uma situação de pobreza e de vergonha nacional. Eu acho que é mais do que passada a hora dos trabalhadores assumirem o comando deste País e poderem com suas próprias mãos implementar os seus projetos. Nós não podemos ter ilusões em relação as vias que nos indicam os grandes interesses das multinacionais, dos empresários e dos latifundiários.

Nenhuma ilusão em relação a isso que se fez, mudamos a aparência de um governo, mas no essencial se mantêm as velhas políticas, as mesmas e exatas políticas de manter o nosso povo sob o jugo da opressão, da exploração, da fome e da miséria.

É por isso, Deputado Ovídio que eu me solidarizo nessa luta que desenvolve o PT, que desenvolvem setores do meu partido, que desenvolvem patriotas e democratas do

nosso País e quero dizer que a presença das lideranças do Movimento dos Sem-Terra aqui do Paraná, com quem tive uma convivência das mais amistosas e de grande camaradagem, com quem durante oito meses pudemos implementar cerca de 500 assentamentos rurais ao lado do nosso companheiro, hoje Líder do PSDB Luiz Felipe Mussi que era Secretário de Assuntos Fundiários, e que num programa modestíssimo, que inclusive implicou ao final de 08 meses na sua renúncia a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários por reconhecer a incapacidade de pela via institucional, naqueles marcos que estavam postos levar a cabo um programa sério de reforma agrária.

O Governo do Estado tem feito e isso o próprio PT reconheceu esses dias na Tribuna desta Casa, o esforço. Um esforço mas que retirado porque não é nossa a prerrogativa de promover as desapropriações, os títulos da dívida agrária estão desmoralizados, a política agrária neste País está desmoralizada, nós vemos o sucateamento da pesquisa desenvolvida em nível de pós-graduação no que diz respeito a políticas agrônômicas, a políticas agrícolas, enfim nós temos um sucateamento de uma política rural no País.

De modo então que não são a solidariedade vai aí, como também um compromisso, que como Deputado nesta Casa assumo com o Movimento, conheço muito os acampamentos, como é o caso do acampamento que nós vemos, que hoje se consolidou e que é um exemplo disso que V.Exa. traz que é a região hoje de assentamento de Laranjeiras do Sul, o esforço que fazem os nossos companheiros de Ibema, enfim o esforço que fazem inúmeros companheiros em vários cantos do Estado, para provar que a reforma agrária é viável e é o grande caminho de salvação do País, é o grande caminho de redenção nacional, econômica, social e política.

Eu agradeço a oportunidade e manifesto a solidariedade com os dados e os cumprimentos pelo brilhantismo, pelos dados novos e pela reprise que faz de dados já conhecidos por todos nós que demonstram que é pela via do movimento popular vitorioso, se fazendo governo neste País, que nós vamos implementar sem nenhum tipo de ilusão em relação a soluções que a burguesia, os grandes interesses internacionais possam acenar aos trabalhadores.

Vamos ocupar estes espaços, mas é preciso saber que a ocupação destes espaços passa, necessariamente, por sermos Governo, por sermos Governo neste País para que os trabalhadores, os camponeses e os operários, possam, com as suas mãos, implementar os projetos de reforma social no Brasil.

(Aplausos)

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, eu uso o horário da Liderança do PT.

Eu quero agradecer ao Deputado Bona Turra pelo brilhante aparte de apoio ao nosso pronunciamento, e que reconhece a necessidade de que os trabalhadores têm que realmente cada vez mais se organizar e construir a sua própria Nação, porque esta prova que nós estamos dando aqui nesta tarde, eu diria, ou perguntaria aos Srs. Deputados a quem quiser ouvir: "O que estaria sendo produzido nessas áreas se não houvesse tido a força ou a coragem dos trabalhadores de fazer por suas próprias mãos a reforma agrária, onde está sendo feito neste País? O que fizeram os Governos além das promessas, desde o Governo Sarney, muito mais ainda no Governo Collor, quando mentiu à população brasileira, criando toda uma expectativa?" E aí sim, talvez o que fizeram foi incentivar ainda mais, realmente a que os trabalhadores descreditassem nas políticas oficiais e fizesse a reforma agrária por sua própria conta e continuar fazendo como estão, porque é só desta forma, enfrentando a legalidade, desrespeitando, muitas vezes, as leis injustas é que se consegue, realmente, sobreviver, num País injusto, de concentração de riquezas, de concentração de rendas, como o nosso.

Estes dados, eu espero que convençam a todos nós de talvez aqueles que estão convencidos ou que não se convencem da legalidade de que uma invasão de terras é prejudicial. Aqueles legalistas que compreendem que não se pode burlar a lei, nós também concordamos em muitas vezes que as leis se fazem para serem cumpridas. Mas as leis, muitas vezes, eu tenho dito que uma lei não é nada mais do que uma vontade política legislada e as leis são feitas segundo a vontade política daqueles que o fazem e a grande maioria dos que fizeram leis neste País até hoje foram realmente aqueles que construíram esta sociedade injusta que está aí: os latifundiários, os grandes monopólios, o dinheiro, a política comprada, o desrespeito a um poder público, ao poder dos trabalhadores, a falta de ética, a falta de pensar numa sociedade justa.

Então, realmente, estas leis injustas, estas leis injustas e imorais, fazem realmente jus a que elas sejam desrespeitadas para que se construa uma sociedade com bases justas e sociais.

O Sr. Paulo Maia - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

(Assentimento).

Nobre Deputado Ovídio Constantino, a Bancada do PDT também é solidária ao pronunciamento de V.Exa. e com certeza o trabalhador paranaense está escrevendo uma

história que está servindo de exemplo para o Brasil.

E eu creio que esta história das ocupações no Paraná é algo de fundamental importância, representa um marco diferente, porque esses trabalhadores não estão devendo nada a ninguém, a não ser a sua coragem de fazer uma reforma agrária que é motivo de palanque político na hora de se pedir voto, quando se tem que transformar na realidade a nível de Congresso Nacional nós não vemos efetivado esta esperança do trabalhador brasileiro.

Por isso está de parabéns V.Exa. por este pronunciamento, por estes dados levantados, e neste momento está de parabéns o trabalhador do Paraná que está tendo a coragem de fazer a sua história, de escrever a história, história esta da reforma agrária que aqui no Paraná está se tornando uma realidade graças ao poder de mobilização da classe trabalhadora.

Por isso os nossos parabéns a V.Exa. e em nome da Bancada do PDT também aos trabalhadores que estão tendo a coragem de escrever uma nova história do Paraná, que servirá, com certeza, a todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Agradeço ao Deputado Paulo Maia pela colaboração e apoio a esta luta dos trabalhadores do Estado do Paraná.

Para concluir Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu espero que esses dados, que nós faremos o possível para que cheguem às mãos dos Srs. Deputados, da pesquisa da FAO, do IPARDES e do Ministério da Agricultura, possam nos convencer de que esta luta é justa, é necessária.

As dificuldades que hoje vemos na sociedade brasileira, as dificuldades de geração de emprego, milhões de desempregados que batem às portas nesse País, nessa realidade que vivemos, é preciso que a gente perca esse conceito errado de que reforma agrária não é viável, que não serve, que não se pode implantar no País e que isso irá trazer prejuízo à produção nacional. Muito pelo contrário, esses dados que os Senhores terão acesso vão comprovar e vão convencê-los de que é realmente necessário o apoio dos Poderes constituídos a essa realidade, que é a reforma agrária em nosso País. Nós entendemos que no Paraná temos dados importantes.

O Governador Roberto Requião - não podemos deixar de dizer - tem dado alguns apoios importantes a essa luta dos trabalhadores sem-terra, confrontando-se muitas vezes com o Poder Judiciário que se rebusca em leis tradicionais de 30, 40, 50 anos passados, quando a realidade do nosso País era outra, para exigir a polícia a bater, a despejar, massacrar o nosso povo traba-

lhador. Nós temos que nos solidarizar com esse apoio que tem sido dado pelo Governador Requião, mas dizemos que é muito tímido, é muito pouco pelos dados que estamos vendo, pelo bem que faz a reforma agrária em nosso estado, em nosso País.

Ainda é tímido também aquilo que a sociedade começa a pensar a respeito da reforma agrária. É preciso tirar esse conceito de que a reforma agrária é inviável, é coisa de vagabundo, de aproveitadores que querem invadir terras para se aproveitar, espero que essas idéias sejam demolidas, não com aquilo que os "sem-terra" dizem, mas aquilo que esta entidade internacional, respeitada mundialmente, que é a Fundação da Agricultura das Nações Unidas, que têm publicado esses dados que aqui estão sendo postos nesta tarde de hoje e que faremos chegar às mãos dos Srs. Deputados.

Espero que todos nós compreendamos a necessidade de que se faça justiça nesse País e que essa marginalidade, que esta miséria, que este desemprego, a falta de habitação, de saúde e de tantos outros problemas sociais, sejam resolvidos pacificamente, com tranqüilidade, sem muito investimento de dinheiro público, quando a sociedade brasileira, os políticos e o governo, as autoridades se conscientizarem de que a reforma agrária é a solução para a grande maioria dos problemas sociais no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, ofício nº 516/92 de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, comunicando sua ausência aos trabalhos parlamentares neste dia 10 de novembro, em virtude de compromissos assumidos na sua região. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 1720 de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente, solicitando o definitivo arquivamento do Projeto de Lei nº 315/92, de sua autoria, que autoriza a concessão de desconto nas prestações dos financiamentos para aquisição da casa própria, através da COHAPAR, para os trabalhadores volantes. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Necessita de apoio. Apoiado.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.**  
A Diretoria Legislativa

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.**  
A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.**  
A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Geraldo Cartário, Orlando Pessuti e Carlos Simões e diversos Senhores Deputados, constante do expediente, devidamente apoiado. **A Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 82/92, que autoriza a transferência do saldo de recursos do Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná - FAE - PR, na data base de 07/07/92, em participação acionária do Governo do Estado do Paraná na Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. EM REGIME DE URGENCIA.

#### Em votação.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, o Projeto de Lei nº 284/92 estava ontem em 1.<sup>a</sup> discussão quando analisamos a constitucionalidade. Lendo o Projeto mais atentamente, a leitura simples e atenta, não é de tudo explicativa. Necessitamos esclarecimentos para poder votar favorável.

Nós gostaríamos que o Líder do Governador desse explicações: o que melhor representa, para que a gente se postar e se colocar corretamente na votação? Gostaríamos desses esclarecimentos do Líder do Governo.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu peço apenas alguns segundos, porque eu pedi ao meu assessor para que buscasse as notas explicativas, haja vista que ontem não houve nenhum questionamento, então, nós achamos que hoje não seria necessário prestar mais esclarecimentos. Mas, fomos apanhá-los.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Enquanto

aguardamos os esclarecimentos, vamos submeter a votos os outros Projetos de Lei.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 80/92, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes. Com PARECERES FAVORAVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. EM REGIME DE URGENCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 92/92, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 630.000.000,00 (seiscentos e trinta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Assembléia Legislativa do Estado. Com PARECER FAVORAVEL da COMISSÃO EXECUTIVA. EM REGIME DE URGENCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/92, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que dispõe sobre adaptação na Estrutura de cargos do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Paraná - Of. nº 1617/92. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGENCIA.

#### PROJETO DE LEI Nº 263/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam extintos na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, os seguintes cargos de provimento efetivo: 27 (vinte e sete) cargos de Auxiliar de Controle, AC-8/I; 08 (oito) Digitador de Computador, DC-10/I; 10 (dez) Auxiliar Administrativo, AD-10/I e 05 (cinco) Telefonista, TL-11/I.

Art. 2º - Ficam criados na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas: 12 (doze) cargos de Técnico de Controle Contábil, TCC-3/I; 05 (cinco) Assessor Jurídico, AJ-3/I; 03 (três) Técnico de Controle Administrativo, TCA-3/I; 03 (três) Assessor de Engenharia, AE-2/I; 07 (sete) Analista de Sistemas, AS-2/I e 03 (três) Motoristas, MT-11/I, todos de provimento efetivo.

Art. 3º - Ficam criados na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, os seguintes cargos de provimento em comissão: 01 (um) cargo de Assessor de Planejamento, simbologia DAS-2; 01 (um) Diretor, simbologia DAS-2 e 04 (quatro)

Assessor Jurídico, simbologia DAS-3.

Art. 4º - Os atuais cargos de Datilógrafo, DT-11/I, de provimento efetivo, ficam transformados em cargos de Datilógrafo, DT-9/I, também de provimento efetivo.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.10.92

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

JUSTIFICATIVA:

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade expressar adaptação na estrutura de cargos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Paraná.

Objetivando, a modificação proposta pretende a extinção de 50 (cinquenta) cargos e a criação de outros que se apresentam como necessários e indispensáveis ao melhor desenvolvimento das atividades auditoriais, deste Tribunal.

Em termos financeiros, o acréscimo de despesa é mínimo, em se considerando a relação entre aqueles cargos extintos e os atualmente requeridos. Esta preocupação constitui a base principal da iniciativa desta Casa.

As alterações encaminhadas são caracterizadas de grande importância, na medida em que ajustam a estrutura funcional atualmente vigente às novas incumbências deste Tribunal de Contas.

Nessa linha, é importante destacar que esta Corte acaba de assinar Convênio com o Banco Mundial e receber relevante credenciamento para, em seu nome, proceder a auditoria dos recursos aplicados no Estado do Paraná, originários de repasses feitos por essa instituição internacional.

A par disso, é oportuno afirmar que o Tribunal de Contas do Paraná foi a segunda instituição do País a ser escolhida pelo Banco Mundial, cujos critérios técnicos exigidos são revestidos do maior grau de dificuldade, envolvendo treinamento, projetos de desenvolvimento, metodologia auditorial, sistemas de trabalho e cumprimento de objetivos e metas.

O Tribunal está, igualmente, diante da perspectiva de fiscalizar recursos transferidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento a instituições governamentais do Paraná, o que demandará a estruturação de serviços necessários à honrosa deferência.

De outro lado, o volume de trabalho cometido ao TC experimenta expressivo crescimento, não só em decorrência do aperfeiçoamento da metodologia da análise

como também da inclusão de novas unidades administrativas, como recentemente ocorreu com as Autarquias.

Em face do exposto, do alcance prático e da importância da proposição, este Tribunal tem a certeza do acolhimento e da aprovação do anexo Anteprojeto de Lei.

**Em votação.**

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - O Projeto de Lei nº 263/92, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, entrou em Regime de Urgência sem Parecer de nenhuma das nossas Comissões.

Nós solicitamos a Vossa Excelência que remeta para as Comissões competentes, para que possa ter Parecer, e assim, possamos votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto, quando em regime de urgência, é justamente porque nenhuma Comissão deu Parecer no prazo legal.

Eu vou submeter a votos, em 1ª discussão e em seguida, retiro da Ordem do Dia para apreciação pelas Comissões.

Para Encaminhar Votação, com a palavra o Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Ao analisar o Projeto, e portanto eu acho difícil votar favoravelmente, hoje, constatamos no artigo 1º que o Tribunal de Contas propõe a extinção de cerca de 50 cargos.

No artigo 2º e 3º, ele cria alguns cargos e chega num montante de 39 cargos.

Portanto, cria menos cargos do que pessoas trabalhando, hoje. Qual é o destino das pessoas que hoje trabalham e que não estão colocados no Projeto de Lei? Na justificativa, ele confirma a extinção de 50 cargos, colocando como necessários e indispensáveis. Mas, não há nenhuma explicação maior desta necessidade e por quê é indispensável a criação dos mesmos. Simplesmente coloca que são necessários. Uma simples palavra, que eu também poderia dizer que não são necessários, para argumentar contrariamente, sem maior fundamento.

Então, é necessário que seja fundamentado, para que esta Casa tome conhecimento e possa, corretamente, votar.

No terceiro parágrafo da Justificativa, diz que em termos financeiros o acréscimo de despesas é mínimo. Bom, se tinha 50 e vai criar 39, e assim mesmo tem acréscimo de despesas, significa que nós temos que tomar conhecimento do que está acontecendo, porque assim mesmo está aumentando as despesas, com um menor número de cargos.

Portanto, se entrar em votação agora,

sem passar por nenhuma das Comissões, a nossa Bancada já vota contrariamente a partir deste momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto, conservem-se como estão.

**Aprovado.**

O Projeto retorna à Comissão de Finanças.

O DR. ROSINHA - Com voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

E, solicito Verificação de Votação, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu requeiro chamada nominal. Visto que ainda não votamos o Projeto nº 284/92.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETARIO (Lourenço Fregonese) - (Inicia a chamada nominal dos Senhores Deputados).

(E interrompida a chamada nominal).

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, tendo em vista que já se constata a presença de mais de 28 Senhores Deputados, eu retiro o pedido de chamada nominal, para que Vossa Excelência possa proceder a Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.

**Aprovado.**

Senhores Deputados que rejeitam queiram se levantar.

O SR. DR. ROSINHA - Solicito que a Presidência desta Casa conte os votos contrários e os favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós estamos contando.

Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Vinte e nove (29) Senhores Deputados aprovam.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Vossa Excelência retira também a partir da 2ª Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Retiro até que a Comissão se manifeste no prazo de 48 horas.

Dois (02) Senhores Deputados rejeitam.

**Está aprovado o Projeto.**

Em votação o Projeto de Lei nº 284/92.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

**(Assentimento).**

Senhor Presidente, antes de fazer o encaminhamento desse Projeto, me permita Vossa Excelência e os demais Deputados, de manifestar a nossa solidariedade a esta Assembléia Legislativa e nossa solidariedade as manifestações feitas pelo Deputado Nilton Barbosa da tribuna desta Casa e posteriormente por Vossa Excelência na Presidência dos trabalhos, com referência as manifestações do Secretário Tadeu França. Todos nós sabemos que o exercício do Parlamento muitas vezes nos obriga a contactar com os Secretários, com diretores de empresas para em conjunto analisarmos situações que interessam ao povo do Paraná e tenho certeza que em nenhum momento os Deputados procuraram àquela Secretaria para tentar impedir o trabalho da Secretaria no seu trabalho de Fiscalização, no seu trabalho de Proteção ao Meio Ambiente. No nosso entendimento foi infeliz o Deputado Tadeu França, quando atacou de certa forma aos Senhores Deputados dizendo "que são os Deputados que estão buscando a sua demissão." Na realidade, nós sabemos que o que está levando a isso pelo menos é o que se comenta nos bastidores é o desentendimento entre o Secretário e o Diretor Geral Vítório Sorotiuk, e em nenhum momento a posição dos Deputados desta Casa.

Mas atendendo a solicitação do Deputado Florisvaldo Fier, nós passamos a ler os esclarecimentos necessários ao Projeto nº 284/92: (Lê)

"O FAE, Fundo de natureza e individualização contábil, constituiu durante a vigência do Plano Nacional de Saneamento - PLANASA, período de 1972 a 1990, em fonte de recursos para investimentos em saneamento básico na proporção de 50% dos recursos do programa.

Em 1972, quando a SANEPAR passou a integrar o PLANASA, atendendo a exigência do Plano previsto no convênio CVN-R-0003/972 firmado entre o Estado do Paraná e extinto Banco Nacional de Habitação - BNH, foi criado o citado FAE através da Lei 6.318 de 20.09.72.

Quando o Paraná aderiu ao PLANASA, apenas 33% da população urbana era atendida por sistemas de água, enquanto que, com relação a esgotos sanitários, a situação era ainda mais precária, mal atingindo a casa dos 10% dessa população. Somente 119 localidades tinham sistemas de água e apenas 10 dispunham dos serviços de esgoto.

Atualmente a SANEPAR abastece com água tratada 92,6% da população urbana de 585 localidades do Estado.

Para alcance desses expressivos resultados o FAE cumpriu a finalidade planejada, entretanto, como o PLANASA previa que



o FAE emprestava 50% dos recursos e ex-BNH o restante, as Companhias Estaduais de Saneamento atingiram os níveis insuportáveis de endividamento.

Com a implantação do Plano de Ação Imediato de Saneamento - PAIS BRASIL em 1990 pelo Ministério de Ação Social/Secretaria Nacional de Saneamento, os FAE's estaduais não foram incluídos no Plano. O Governo do Estado do Paraná, negociou com a Caixa Econômica Federal, sucessora do ex-BNH, a utilização do saldo FAE para aplicação na capitalização da SANEPAR, visando principalmente a redução do grau de endividamento.

Tal negociação foi concretizada conforme convênio de aditamento e alteração ao CVN-R-0003/972 firmado entre o Estado do Paraná e a Caixa Econômica Federal em 13.08.92.

A medida solicitada representa a transformação de dívida da SANEPAR com o FAE em Capital do Governo do Estado na SANEPAR, não afetando o patrimônio do Estado pois, significa simples transferência contábil das contas dentro do mesmo grupo "VALORES" do Ativo Permanente, na contabilidade patrimonial do Estado.

A solicitação vem aumentar a capacidade de endividamento da SANEPAR para poder captar novos recursos para obras de Saneamento básico do Estado."

Eram essas as explicações que nos foram emitidas pela SANEPAR e pelo Governo do Estado, acerca desse Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto.

**Aprovado.**

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -

Gostaria de solicitar aos Senhores Deputados a permanência por cinco minutos após a Sessão, quando o Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra tem algumas questões que gostaria de colocar aos Senhores Deputados.

Então, gostaríamos de contar com a presença dos Senhores aqui para ouvir a explanação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1715, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Transfiro para amanhã a votação desse Requerimento.**

Requerimento nº 1707, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1706, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1708, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1721, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1713, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Em votação.**

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós estamos requerendo ao Senhor Governador, solução de uma pendência que me parece importante. O Governo do Estado estabeleceu como proposta, por sugestão do Deputado José Afonso Júnior, Secretário de Esporte e Turismo, um projeto que recebeu o nome de "Nossa Quadra" - é uma quadra polivalente, conhecida de todos nós, apenas que, além da quadra, há a cobertura - e os municípios que tiverem condições de acrescentar algumas melhorias, podem fazê-lo, na oportunidade como assim puderem e desejarem.

Os municípios menores, que não têm condições de construir seu ginásio de esportes e lá recebendo centenas de pessoas, este projeto - de iniciativa e de criatividade do ilustre Deputado José Afonso - vem, sem dúvida alguma, de encontro às aspirações, repito, principalmente dos pequenos municípios do Paraná.

É um projeto que o Governador Roberto Requião está levando a sério e que merece a nossa solidariedade, nosso apoio e nossas congratulações. Porém, como os primeiros 50 contratos iniciais que aconteceram certamente nos meses de agosto e setembro, têm um valor previsto de 150 milhões de cruzeiros, toda a obra, com a participação de 42 a 46% da Secretaria de Esporte e Turismo e da mesma forma em igual porcentagem à Secretaria de Educação através da FUNDEPAR, dos restantes 8% aproximadamente por conta do município, agora na oportunidade que se libera e que a FUNDEPAR está liberando a sua parte, isto é, os 46%, está se fazendo com que os valores idênticos e iguais aos repassados três meses atrás. E a FUNDEPAR está assim fazendo por dizer que no contrato, no convênio, não prevê reajuste.

E eu estou até, encaminhando aqui verbalmente - que seria desnecessário - até para pedir aos Senhores ilustres Deputados que também fizessem um contrato com o Senhor Governador do Estado, o Senhor Secretário de Educação, para que se dê solução, isto é, para que se pague a segunda parcela deste convênio devidamente reajustada.

Não é possível que se libere dinheiro

de 3 a 4 meses após o contrato e que as prefeituras assumam a obra nos preços atuais, nesses valores inflacionados que todos sabemos.

Apenas faço este encaminhamento pedindo e encarecendo aos Senhores Parlamentares e especialmente ao Líder da Bancada, para fazer contato junto ao Senhor Governador para que se pague, repito, a segunda parcela dessa obra tão importante para o Estado, devidamente reajustada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento, considerem-se como estão.

**Aprovado.**

Requerimentos nºs 1717 e 1714, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1716, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1710, de autoria do Senhor Deputado Plauto Mirô Guimarães, constante do expediente. **Deferido.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1722, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Anibal Khury, Erondy Silvério e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma de sugestão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 605/91 e 172/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 289/91 e 565/91;  
do Projeto de Lei Complementar nº 150/91;  
dos Projetos de Lei nºs 147/92, 149/92, 212/92 e 217/92.

Levanta-se a sessão.

#### Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

**R E S O L V E:**

#### PORTARIA Nº 111/92

conceder, a ROMI HELENA DE MORAES DE SENA, funcionária contratada deste Poder Legislativo, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, de acordo com o Art. 392,

parágrafo 1º da C.L.T. e Art. 78, parágrafo 18, da Constituição Federal de 1988, a partir de 03 de outubro de 1992.

(Prot. nº 7871)

#### PORTARIA Nº 112/92

conceder, a SIRLENE MARIA REINALDO SUCKOW, funcionária contratada deste Poder Legislativo, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, de acordo com o Art. 392, parágrafo 1º da C.L.T. e Art. 78, da Constituição Federal de 1988, a partir de 19 de outubro de 1992.

(Prot. nº 7982)

#### PORTARIA Nº 113/92

conceder, a funcionária LUCIA G.M. SILVA, contratada deste Poder Legislativo, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, de acordo com o Art. 392, parágrafo 1º da C.L.T. e Art. 78, parágrafo 18, da Constituição Federal de 1988, a partir de 01 de setembro de 1992.

(Prot. nº 7572)

#### PORTARIA Nº 114/92

designar, CELSO DIRCEU DA PAZ, matrícula nº 170, funcionário contratado deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Diretoria de Pessoal, a partir de 26 de outubro do corrente ano.

#### PORTARIA Nº 115/92

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, do provento de inatividade de CENIRA SILVEIRA DA COSTA, matrícula nº 308, funcionária inativa do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, aposentada através do Ato da Comissão Executiva nº 196/92, de 22 de junho de 1992, nos termos do item 8, letra "i", da Instrução Normativa nº 7, de 16 de janeiro de 1989, da Secretaria da Receita Federal, e Art. 6º, item XIV, da Lei Federal nº 7713, de 22 de dezembro de 1988.

(Prot. nº 7501)

Gabinete da Diretoria Geral, em 12.11.92  
(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

#### Atas das Comissões:

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e dois, às dez horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para deliberar sobre a Proposição nº 31/92, que trata da prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, re-



ferente ao exercício financeiro de 1990, sendo Governador do Estado, o Senhor Alvaro Dias. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, usou a palavra o Relator da Proposição, Senhor Deputado Nilton Barbosa, que explanou a prestação de contas efetuada pelo Governador, acompanhando o Relatório do egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na pessoa de seu Relator, Conselheiro Kielse Crisóstomo da Silva, através da Resolução nº 7.448/91-TC, que foi protocolada nesta Assembleia Legislativa sob nº 10.370 em 23 de outubro de 1991. Após exaustivo exame da matéria em pauta, os Senhores Deputados presentes à reunião opinaram pelo PARECER FAVORÁVEL - APROVADO - junto com o Relator, por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da reunião, marcando a próxima quando da existência de matéria e, para constar, lavrei a presente Ata que, após lida, aprovada e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, Senhores Deputados presentes e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Erondy Silvêrio e com a presença dos seguintes Deputados: Toti Colaço, Paulo Maia, Colombino Grassano, Oswaldo Trevisan, Mário Bezerra, Luiz Carlos Martins, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Arlindo Troian, Antônio Costenaro Neto e Nilton Barbosa. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, aprovando a ata da sessão de ontem, após discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 311/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 296/92 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. O Deputado Relator, requer diligência - DEFERIDO; 3) Projeto de Lei nº 291/92 de autoria do Deputado Elio Rusch. O Deputado Relator, Plauto Miró Guimarães, requer diligência - DEFERIDO; 4) Projeto de Lei nº 298/92 de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 302/92 do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 309/92 do

Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 7) Projeto de Lei nº 269/92 de autoria do Deputado José Tavares. O Deputado Relator, Paulo Maia, requer diligência - DEFERIDO; 8) Projeto de Lei nº 287/92 de autoria da Deputada Lygia Pupatto. CONCEDIDO VISTAS AO DEPUTADO COLOMBINO GRASSANO; 9) Projeto de Lei nº 312/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 274/92 de autoria do Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 239/92 de autoria do Deputado Eurides Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 308/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 129/92 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 284/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 66/92 de autoria do Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL à Emenda do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 310/92 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ovídio Constantino - APROVADO. O Senhor Deputado Paulo Maia faz novamente o seu protesto com relação ao envio das Mensagens Governamentais de "afogadilho". Sugere mais uma vez que se faça contato com o Senhor Secretário da Administração, para que sejam enviadas, tais Mensagens com pelo menos 15 dias de antecedência. O Deputado Presidente lembrou que o Deputado Líder do Governo nesta Assembleia Legislativa, Orlando Pessuti, distribuiu cópias das Mensagens aos Senhores Deputados. O Deputado Ovídio Constantino registra a sua insatisfação pelo descaso com que o Governo do Estado trata este Poder. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião, sob a Presidência do Senhor Deputado Luiz Antonio Setti. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 212/92, de autoria do Deputado Domingos Carvalho. Relator Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 218/92, de autoria do Depu-

tado Luiz Carlos Alborghetti. Relator Deputado Heinz Georg Herwig. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Richard Ruppel Soto Maior, Secretário da Comissão.

(aa) LUIZ ANTONIO SETTI - Presidente  
Richard Ruppel Soto Maior- Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 9.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Saúde Pública, sob

a Presidência do Senhor Deputado Luiz Antonio Setti. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 259/91, de autoria do Deputado Nilton Servo. Relator Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 217/92, de autoria do Deputado Domingos Carvalho. Relator Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Richard Ruppel Soto Maior, Secretário da Comissão.

(aa) LUIZ ANTONIO SETTI - Presidente  
Richard Ruppel Soto Maior- Secretário